



JORNAL OFICIAL

I SÉRIE – NÚMERO 73
SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2009

ÍNDICE:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2009/A, de 6 de Maio:

Aprova as Orientações de Médio Prazo 2009-2012.

NOTA: Devido à sua extensão será publicado em duas partes (I parte).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Decreto Legislativo Regional n.º 5/2009/A de 6 de Maio de 2009

Orientações de Médio Prazo 2009-2012

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos da alínea *p*) do n.º 1 do artigo 227.º e do n.º 1 do artigo 232.º da Constituição e da alínea *b*) do artigo 34.º e do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, decreta o seguinte:

Artigo 1.º

São aprovadas as Orientações de Médio Prazo 2009-2012.

Artigo 2.º

É publicado em anexo ao presente diploma, dele fazendo parte integrante, o documento contendo as Orientações de Médio Prazo 2009-2012.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 2 de Abril de 2009.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 24 de Abril de 2009.

Publique-se.

O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.



INTRODUÇÃO

Com a aprovação do Programa do X Governo dos Açores, inicia-se um novo ciclo de planeamento e de programação para a legislatura presente.

Nos termos do Sistema Regional de Planeamento dos Açores (SIRPA), este ciclo integra as Orientações de Médio Prazo, documento que a seguir se apresenta, e os Planos Anuais que dão forma e substância às opções e objectivos de médio prazo, nos respectivos períodos anuais de vigência.

A preparação das Orientações de Médio Prazo 2009-2012 teve em consideração a rápida alteração e modificação da envolvente à realidade regional, pontuada e caracterizada por traços de depressão económica e de um certo ambiente de crise para, pelo menos, se fazer sentir durante a primeira parte desta legislatura.

Para além de conterem alguns elementos de antecipação aos efeitos do ambiente externo, oportunamente anunciados pelo Governo, as prioridades e a execução dos instrumentos de política pública, incluindo a despesa de investimento, referenciados neste documento e explanados no Plano Anual de 2009 e seguintes, serão acompanhados e monitorizados em ordem à sua progressiva adaptação à evolução das condicionantes externas, despistando-se os efeitos perniciosos de choques exteriores no processo de desenvolvimento da sociedade açoriana.

O presente documento integra uma análise prospectiva da realidade regional, a apresentação das prioridades e da política económica e social a prosseguir, detalhada por sectores e domínios de intervenção, uma definição dos meios financeiros afectos à execução dos Planos Anuais para o quadriénio, complementada pela apresentação dos principais co-financiamentos comunitários para o período, e ainda um exercício de avaliação do impacte e da coerência das propostas apresentadas.

1. O DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO

1.1 UMA ENVOLVENTE EXTERNA POUCO FAVORÁVEL

Uma economia internacional em desaceleração

A evolução da economia mundial vem sendo caracterizada pela desaceleração acentuada da actividade a nível global e pela sua interacção com a crise financeira internacional.

Para a desaceleração da actividade económica contribuiu em grande parte o forte aumento no preço das matérias-primas nos mercados internacionais e o ajustamento em baixa de diversos mercados de habitação.


Evolução da Economia Mundial
 Taxa de Variação, em percentagem

	2006	2007	2008	2009
PIB Economia mundial	5,1	5,0	3,7	2,2
Economias avançadas	3,0	2,6	1,4	-0,3
EUA	2,8	2,0	1,4	-0,7
Japão	2,4	2,1	0,5	-0,2
Área do euro	2,8	2,6	1,2	-0,5
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,9	8,0	6,6	5,1
Rússia	7,4	8,1	6,8	3,5
China	11,6	11,9	9,7	8,5
Índia	9,8	9,3	7,8	6,3
Médio Oriente	5,7	6,0	6,1	5,3
Brasil	3,8	5,4	5,2	3,0
Volume de comércio mundial de bens e serviços	9,4	7,2	4,6	2,1
Economias avançadas				
Importações	7,5	4,5	1,8	-0,1
Exportações	8,4	5,9	4,1	1,2
Economias emergentes e em desenvolvimento				
Importações	14,9	14,4	10,9	5,2
Exportações	11,2	9,6	5,6	5,3
Preços no consumidor				
Economias avançadas	2,4	2,2	3,6	1,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	5,4	6,4	9,2	7,1
Variação dos preços internacionais de matérias-primas (dólares dos EUA)				
Petróleo (<i>brent</i>)	20,5	10,7	40,2	-31,8
Matérias-primas não energéticas	23,2	14,1	9,4	-18,7

Fontes: Fundo Monetário Internacional e Banco de Portugal.

Estas condições foram depois agravadas pelo impacto negativo da crise financeira, afectando a confiança e expectativas dos agentes económicos. Assim, a actividade económica mundial está a evidenciar um abrandamento pronunciado e alargado, à medida que os vários efeitos económicos e financeiros se propagam geográfica e sectorialmente.

Efectivamente, o enfraquecimento da actividade nas economias avançadas e a deterioração das condições nos mercados financeiros estão a contribuir para uma desaceleração nas economias emergentes e em desenvolvimento, as quais vinham registando ritmos de crescimento superiores aos tendenciais e variações de preços reveladoras de pressões inflacionistas.

É certo que as importações das economias emergentes e em desenvolvimento continuam a registar intensidades de crescimento significativas, situando-se em níveis superiores aos da média global. Todavia, o abrandamento da procura nas economias avançadas, afectando as exportações das economias emergentes e em desenvolvimento, e consequentemente a dimensão do rendimento e da procura global, começou a repercutir-se em termos de quebra das suas importações, retroagindo sobre a desaceleração do comércio e produção mundiais.

Esta desaceleração em termos de actividades económicas produtivas repercute-se depois ao nível dos preços no consumidor. Todavia, observam-se diferenças de intensidade em função das estruturas económicas de produção e de consumo das diversas economias. É assim, quando se verifica que os índices de preço no consumidor permanecem mais contidos quando são mais independentes de determinadas componentes, como por exemplo da energética. É assim, também, quando se verifica



que nas economias emergentes e em desenvolvimento a variação de preços no consumidor, além de ser condicionada por factores gerais de crescimento da actividade económica e da percepção de expectativas quanto a tendências de evolução, incorpora uma componente na sua estrutura que decorre do maior peso da alimentação nos cabazes de consumo.

De qualquer forma a estabilização dos preços incentivada pela quebra da procura e num contexto de recessão nos países desenvolvidos faz despontar a hipótese de deflação. Porque os factores determinantes se encontram na quebra de procura e não em choques reais de oferta, as medidas para combater os riscos recessivos devem concentrar-se na produção de efeitos em termos de expansão daquela procura no curto prazo.

Sendo assim, compreende-se a maior escala de utilização da política orçamental, já que a eficácia da política monetária é sempre menor para responder a riscos recessivos do que aos riscos de inflação elevada.

A entrada da economia nacional num ciclo negativo

A evolução da economia portuguesa nos últimos anos tem sido marcada pela ocorrência de curtos períodos alternados de aceleração e desaceleração da actividade, seja por efeito das condições e mudanças de estrutura interna, seja por aspectos de envolvimento externa, designadamente com a participação crescente nos mercados europeu e mundial de países de grande dimensão e baixos níveis de custos unitários de trabalho, em concorrência com os sectores transaccionáveis tradicionais.

Em paralelo com o esforço de consolidação orçamental nos anos de 2006 e 2007, o investimento registou uma recuperação moderada e as exportações apresentaram um certo dinamismo através do aumento do peso de serviços e de bens com maior tecnologia, ao mesmo tempo que se registava uma certa diversificação geográfica. Todavia, no quadro mais recente de interacção entre a deterioração da actividade económica mundial, nomeadamente dos principais parceiros de Portugal, e a crise nos mercados financeiros internacionais, aquela dinâmica de recuperação foi afectada.

Evolução da Economia Portuguesa
Cenário Macroeconómico

	2006	2007	2008 (e)	2009 (p)
1. Despesa e PIB (variação em volume, em %)				
Consumo Privado	1,9	1,6	1,2	0,4
Consumo Público	-1,4	0,0	-0,3	0,2
Investimento (FBCF)	-0,7	3,1	-0,8	-0,9
Exportações	8,7	7,5	0,1	-4,4
Importações	5,1	5,6	1,0	-1,3
PIB	1,4	1,9	0,3	-0,8
2. Preços (taxas de variação, em %)				
Deflator do PIB	2,7	2,9	1,6	2,4
Taxa de Inflação (a)	3,1	2,5	2,6	1,2



	2006	2007	2008 (e)	2009 (p)
3. Emprego e desemprego				
Emprego Total (taxa de variação, em %)	0,7	0,0	0,6	-0,7
Taxa de desemprego (%)	7,7	8,0	7,7	8,5
4. Administrações Públicas (% do PIB)				
Saldo das Administrações	-3,9	-2,6	-2,2	-3,9
Dívida Pública	64,7	63,6	65,9	69,7

Notas: +a) Variação média anual do Índice de Preços no Consumidor; (e) estimativa; (p) previsão.
 Fontes: Ministério das Finanças e da Administração Pública, Orçamento de Estado para 2009, e Banco de Portugal.

O abrandamento nas actividades e a redução das perspectivas de crescimento nos diversos países e grandes regiões económicas, assim como a forte incerteza quanto à profundidade e duração da actual fase descendente do ciclo económico, propiciam factores negativos sobre a procura externa dirigida às empresas nacionais e sobre as expectativas dos agentes económicos quanto à evolução futura.

De facto, a evolução recente da economia reflecte o abrandamento das exportações e da procura interna. Como seria de esperar, o investimento reage de forma mais pronunciada a um contexto macroeconómico adverso, enquanto o consumo apresenta uma evolução mais alisada, mas também fortemente condicionada na sua sustentabilidade pelo nível estrutural de poupança existente e pelo ajustamento nos mercados financeiros. Assim, o investimento surge como uma das componentes mais significativas para a queda da produção interna. Processo comparável, e em certo sentido correlacionável, afecta as exportações, quer as de mercadorias, quer as de serviços, particularmente o turismo.

Numa fase descendente de ciclo económico com deterioração dos balanços das empresas e das famílias existe uma normal diminuição da procura de crédito que, num contexto de crise financeira, pode coexistir com uma diminuição gerada pelas restrições da oferta pelos próprios bancos. De qualquer forma, torna-se necessário assegurar a solidez do balanço do sistema financeiro, de modo a garantir o acesso ao crédito dos agentes económicos com estruturas de balanço adequadas e projectos viáveis.

A inflação medida em termos médios anuais vinha apresentando uma evolução relativamente estável nos últimos anos, circunscrevendo-se a um intervalo de variação com amplitude não superior a um ponto percentual. Todavia, mais recentemente o novo enquadramento macroeconómico implicará o acompanhamento da economia portuguesa na fase recessiva da economia internacional, com descida de preços de forma mais acentuada, situando-se em níveis inferiores.

Algumas ameaças à economia regional, mas também oportunidades

O período de programação para o quadriénio 2009-2012 tem à partida um grau de alguma incerteza sobre as principais condicionantes externas à sociedade açoriana.



À data da elaboração deste documento, está consolidada uma perspectiva muito clara, pelo menos para a primeira parte deste ciclo de programação a médio prazo, de algumas dificuldades financeiras a nível internacional, com alguma generalização da estagnação das principais economias mundiais, em alguns casos inclusivamente recessão e crescimento do desemprego.

Os Açores, embora num contexto territorial e geográfico específico e com autonomia na formulação das políticas públicas, não estão imunes ao que se passa no contexto nacional e internacional. Esta crise financeira mundial, e progressivamente também económica, conjugada com a consolidação do alargamento da União Europeia e com a globalização, poderá induzir alguma alteração dos equilíbrios existentes, penalizando regiões/estados com potenciais económico, territorial e/ou demográfico mais reduzidos. Por outro lado, embora estejam em marcha medidas para combate à crise e de recuperação económica, subsiste com alguma probabilidade o registo de algumas dificuldades para as exportações regionais, incluindo, também o sector do turismo.

A manterem-se os efeitos mais recentes da envolvente, por exemplo ao nível da evolução do custo de algumas matérias primas e subsidiárias, incluindo os combustíveis, e também o nível muito baixo das taxas de juro, poder-se-á abrir a oportunidade para aumentar e diversificar a actividade económica regional em alguns sectores, principalmente nos menos ameaçados pela concorrência externa.

1.2 AS PESSOAS E AS DINÂMICAS DA SOCIEDADE AÇORIANA

Situação demográfica exigente

- *População residente em crescimento*

A evolução demográfica no último período intercensitário caracterizou-se pelo crescimento da população residente, cerca de 1,7%, explicado em grande medida pela quebra accentuada da emigração, dado que o saldo natural, ainda que positivo, tem vindo a decrescer. Em 2001 a população recenseada atingia os 241,7 mil residentes no arquipélago.

Após décadas de perda de população por via da emigração para o continente americano, designadamente o Brasil e a América do Norte e Canadá e também, em menor escala, para Portugal continental, os Açores passam por um novo ciclo de crescimento demográfico.

Através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, verifica-se que a Região tem acompanhado a evolução geral observada no país, embora com valores favoráveis em relação à média nacional.


Indicadores Demográficos (Permilagem)

	1995		2000		2005	
	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal
Taxa de Natalidade	14,5	10,4	14,5	11,7	12,5	10,4
Taxa de Mortalidade	11,2	10,3	10,9	10,3	10,1	10,2
Taxa de Nupcialidade	7,2	6,6	7,6	6,2	6,2	4,6

Fonte: INE, SREA, DREPA.

Em termos prospectivos, as estimativas que o Instituto Nacional de Estatística realizou para o conjunto do país apontam, em qualquer dos três cenários adoptados, para a continuação do crescimento demográfico nos Açores nos próximos anos. Com efeito, as hipóteses retidas pelo INE apontam para uma redução do peso relativo do número de residentes com menos de 25 anos, por contrapartida de aumento da população em idade activa, com consequências naturais ao nível de pressão sobre o mercado de trabalho regional.

População Residente – Recenseamento Geral (2001) e Projeções

		2001	2010*	2020*
0-14 anos	%	21,4	18,6	16,7
15-24 anos	%	17,0	14,0	12,0
25-64 anos	%	48,6	54,8	56,7
>65 anos	%	13,0	12,6	14,6
População	Nº	241 763	247 850	254 638
Índices:				
Envelhecimento		60	68	87
Dependência				
Jovens		33	27	24
Idosos		20	18	21

* Cenário Base – entre Cenário Baixo e Cenário Elevado.

Fonte: INE.

A emigração tende a estabilizar em números relativamente baixos, por vezes com carácter sazonal, com data de partida e de regresso (p.e. Bermudas). Por outro lado, a imigração tende a evoluir mais em função do volume e estrutura da procura de trabalho, sendo um fenómeno relativamente recente, mas com algum significado, originando necessidades de adopção de algumas medidas para a sua fixação.

- **Um povoamento diferenciado**

O sistema de povoamento dos Açores remonta à fixação dos primeiros habitantes, nos séculos XV e XVI. Desde então, surgiram diversos aglomerados e povoações, mantendo-se, porém, um padrão de



povoamento desde esses tempos remotos: para além de núcleos marcadamente urbanos, em razão de funções administrativas e comerciais, todos eles implantados no litoral das respectivas ilhas, o restante povoamento desenvolveu-se ao longo da linha de costa, mais denso a Sul, segundo um modelo linear, ao longo de uma via litoral de comunicação terrestre.

Encontra-se ainda um certo nível de ruralidade e de baixa/média densidade na ocupação do território regional. Tendo em consideração a existência actual de 5 aglomerados urbanos com a categoria de cidade, regista-se, porém, que 27% da população açoriana reside em área predominantemente rural, 52% da população reside em lugares com um efectivo inferior a 2.000 habitantes e apenas 39% da população reside em áreas predominantemente urbanas. Embora haja evolução recente relativamente rápida e notória desta situação, face aos anos que passaram sobre o período de observação, esta situação tem grande significado a nível regional na formulação das políticas públicas e no equilíbrio social e ambiental desejados.

Distribuição da População (Rec. 2001) Segundo a Dimensão dos Lugares (%)

	Lugares <1999 hab.	entre 2000 e 4999 hab.	entre 5000 e 9999 hab.	entre 10000 e 20000 hab.	Isolados e superior a 20000 hab.
Portugal	42,4	9,4	7,7	9,6	30,9
Açores	51,6	23,8	11	12,5	1,1
Grupo Oriental	34,5	30,9	19,3	14,6	0,7
Grupo Central	73,0	15,0	0,0	10,2	1,7
Grupo Ocidental	98,5	0,0	0,0	0,0	1,5

Fonte: INE.

• *O alojamento das famílias em mutação*

A evolução demográfica e social condiciona a tipologia, a dimensão e as necessidades futuras de habitação das famílias. Essas alterações e a evolução recente da sociedade são significativas, destacando-se a diminuição da dimensão média da família, inclusivamente, com o aumento das constituídas por uma só pessoa, para além do aumento das famílias sem crianças.

A aquisição de habitação através do crédito mais que triplicou nos últimos 20 anos, registando-se uma alteração importante no processo de financiamento do acesso à habitação, embora subsista um mercado de arrendamento, de forma marginal, designadamente nos dois principais centros urbanos. As tipologias também evoluíram, assistindo-se a um aumento de alojamentos por edifício, sobretudo no contexto das freguesias marcadamente urbanas.

Ao nível das carências, observa-se uma relação entre a idade dos alojamentos e os problemas relacionados com o seu equipamento e o estado de conservação, verificando-se, porém, uma menor gravidade quando comparada com a situação média do país, no que concerne ao parque habitacional mais antigo. Regista-se, por outro lado, no domínio das infra-estruturas e equipamento, uma transformação da situação sobre a lotação dos alojamentos, mercê da política entretanto desenvolvida, ao nível da urbanização dos solos, do apoio ao investimento das famílias na habitação, e da produção de habitação em propriedade resolúvel, entre outras medidas.



As competências e o mercado de trabalho

- *Escolaridade crescente*

Nos nossos dias, quer para os Açores, quer para qualquer outro território, a educação de base dos recursos humanos constitui-se como factor quase exclusivo de valorização e de empregabilidade dos recursos humanos e também como alavanca da competitividade.

Em termos do sistema oficial de ensino, um primeiro traço de tendência pesada situa-se ao nível da demografia, ou seja, na diminuição do número de jovens no sistema. Porém, dentro deste, observaram-se nos últimos anos algumas alterações: o crescimento acentuado do ensino profissional e a abertura de novos programas, como sejam o PROFIJ e as novas oportunidades, entre outros.

Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade
Ensino Oficial e Particular

Anos Letivos	Currículo Regular				Sec.	Progra- ma Cida- dania	Ensino Recor- rente	Progra- ma Opor- tunidade	PROFIJ	UNE CA PER E	Ensino Profes- sional	Total Geral
	JI	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo								
1995/96	6 819	19 716	9 527	11 419	8 818		2 619				237	59 155
1996/97	7 044	19 191	9 635	11 404	9 114		2 655				383	59 426
1997/98	6 977	18 659	9 523	11 320	9 028		2 728				458	58 693
1998/99	6 803	18 157	9 033	11 274	8 602		2 288		356		627	57 140
1999/00	6 793	17 638	8 730	11 017	8 473		1 633		373		747	55 404
2000/01	7 341	17 254	8 322	11 390	7 613		1 709		318		1 118	55 065
2001/02	7 318	16 448	8 340	10 587	7 342	112	2 292	776	339		1 411	54 965
2002/03	7 634	16 292	7 993	10 337	6 936	111	1 675	815	330		1 971	54 094
2003/04	7 710	16 125	8 007	9 517	6 831	52	1 026	1 151	917		2 358	53 244
2004/05	8 121	15 926	7 809	9 359	6 504	60	941	1 117	1 220		2 391	53 448
2005/06	7 894	15 389	7 471	9 160	6 266	37	814	1 126	1 403		2 884	52 444
2006/07	7 779	15 252	7 121	9 133	5 690	75	874	538	1 290	2 083	2 554	52 389

Nota: Não foram incluídas as matrículas em creches.

Fonte: Direcção Regional da Educação - Estatísticas da Educação.

A população escolar corresponde à própria população residente nas idades compreendidas entre os 6 e 14 anos, por força da escolaridade obrigatória nessa faixa etária. A escolaridade é cada vez menor à medida que as idades se vão afastando da faixa de obrigatoriedade. No entanto, é verdade que na evolução ao longo do tempo mais recente, verifica-se uma tendência de alargamento progressivo da frequência escolar a elementos em faixas etárias que antes permaneciam fora do sistema educativo.



Aproveitamento Escolar nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade (a)
Taxas de Transição ou de Conclusão
 Ensino Oficial e Particular

Ano de Escolaridade	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07
4º	81,1	85,3	82,8	85,3	87,0	94,9	92,4
6º	80,3	75,1	75,9	77,1	79,6	90,3	90,7
9º	80,4	71,4	73,2	74,9	78,0	87,0	88,4
12º	41,9	49,4	45,5	44,6	54,1	50,5	68,5

a) Consideraram-se como representativos os anos terminais de cada ciclo do ensino básico e secundário. Não inclui o Ensino Profissional nem o Ensino Recorrente.

Fonte: Direcção Regional da Educação - Estatísticas da Educação.

• **Uma relação com o mercado de trabalho em evolução**

Nos Açores não se registam taxas de desemprego elevadas, sendo sistematicamente inferiores à média nacional. Anteriormente, a emigração constituiu-se como factor de ajustamento no mercado de trabalho, contudo, nos últimos anos, a animação económica tem absorvido o aumento da procura de emprego.

Com efeito, tem-se observado durante os últimos anos uma média de criação líquida de perto de 2000 postos de trabalho/ano. A taxa de actividade tem vindo a aumentar, mercê de uma maior participação do segmento feminino no mercado de trabalho. Porém, em comparação com a média nacional, o nível de actividade é ainda inferior, não sendo estranho o facto de, em termos relativos, a população açoriana ser também a mais jovem de Portugal, havendo por consequência uma maior peso relativo dos que ainda não têm idade para trabalhar e/ou se encontram a frequentar o sistema de ensino.

Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Individuos							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População Activa	99 008	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773	111 755	112 139
Empregada	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283	107 500	107 284
Desempregada	2 837	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490	4 255	4 875
População Inactiva	137 724	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873	130 956	131 222
Tx. de Actividade (%)	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4	46,0	46,1
Tx. de Actividade Feminina (%)	28,7	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8	34,9	36,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Na população activa empregada e distribuída segundo os sectores de actividade evidenciou-se ao longo dos últimos anos a tendência normal das economias em processo de desenvolvimento: perda de peso relativo do sector primário, por contrapartida do crescimento do sector terciário e de serviços.

Na composição do emprego por grandes sectores de actividade há que assinalar uma ligeira, mas notada alteração de estrutura do emprego no sector dos serviços: por um lado, o aumento do peso relativo do emprego no sector privado, como são exemplos o crescimento de emprego nos ramos de



alojamentos turísticos, na restauração e nos de transportes e comunicações, por contrapartida de menor representatividade relativa do emprego público ao nível da administração pública e do ensino.

Quanto à população activa empregada, segundo a situação na profissão, verifica-se que a componente de trabalhadores por conta de outrem tem vindo a aumentar paulatinamente, passando de um peso de 72,8% em 2002 para 78,5% em 2007.

Em termos mais globais, o capital humano conterà os elementos de funcionalidade adequados às condições económicas e sociais correntes no arquipélago, mas há indicadores que apontam no sentido de alguma debilidade, cuja correcção tem-se vindo a implementar, mas que implicam períodos alargados, ao nível geracional.

Se os níveis de actividade e de participação no mercado de trabalho não estão muito distantes de outros registados em estruturas sociais e económicas comparáveis, já no âmbito das qualificações, aliás à semelhança do que se verifica no país, haverá que passar da actual predominância do ensino básico da população activa, para o que já se encontra na União Europeia, em que a qualificação se centra no grau de ensino intermédio, isto é, no ensino secundário.

Progresso e Melhoria das Condições de Vida

- *Alargamento da Saúde Pública*

Um nível sanitário satisfatório é condição essencial para o bem-estar, para o trabalho e para as actividades lúdicas e sociais, ao fim ao cabo para o desenvolvimento da sociedade.

A percepção dos açorianos sobre o seu estado de saúde não é muito diferente dos restantes residentes no espaço nacional. Aliás, em termos gerais, os residentes nos Açores quando instados sobre a apreciação que têm do seu estado de saúde, apresentam percentagens mais elevadas quando o caracterizam de forma neutra ou positiva, por contrapartida de uma auto-avaliação negativa da sua situação.

Auto-apreciação do estado de saúde (%)

	Continente			R. A. Açores			R. A. Madeira		
	Muito bom ou bom	Razoável	Mau ou muito mau	Muito bom ou bom	Razoável	Mau ou muito mau	Muito bom ou bom	Razoável	Mau ou muito mau
Homens e Mulheres	53,2	32,8	14,1	64,3	26,3	9,4	52,3	37,3	10,4
Homens	59,3	30,2	10,4	69,9	23,7	6,4	58,6	32,7	8,7
Mulheres	47,4	35,1	17,5	58,8	28,8	12,4	46,6	41,4	11,9

Fonte: INSA/INE – Quarto Inquérito Nacional de Saúde (2005-2006).

O sistema de saúde pública implantado na Região estende-se não só à prevenção, com um número que ronda actualmente as 65 mil inoculações nos centros de saúde, designadamente as orientadas para a



vacinação das crianças de menor idade, como também à prestação de cuidados médicos, incluindo um leque diferenciado dos cuidados diferenciados.

Em termos médios, actualmente, cada açoriano consulta os médicos do sistema de saúde 2 vezes por ano, seja no hospital, seja no centro de saúde, e é atendido em urgência cerca de 1,7 vezes/ano. 1 em cada 8,8 residentes esteve internado no sistema e passou cerca de 7,7 dias no respectivo estabelecimento de saúde. No atendimento regista-se nos últimos anos uma certa tendência para a desaceleração do atendimento em urgência, por oposição à consulta normal nos centros de saúde e nos hospitais.

O número de profissionais tem vindo a aumentar: o número de médicos no quinquénio 2002-2007 aumentou mais de 18%, sendo a variação relativa do número de enfermeiros neste período superior, mais de 24%. Estes profissionais foram responsáveis por mais de 3,6 milhões de meios complementares de diagnóstico, correspondendo 3,2 milhões aos diversos tipos de exames e análises clínicas, representando as restantes 467 milhares de ocorrências em diversos tratamentos, como por exemplo fisioterápicos, hemodiálise, gastroenterologia, electrocardiografia, que se desenvolvem sobretudo nos hospitais ou, então, em centros de saúde com capacidade de internamento.

Indicadores

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Consultas (Nº)	427 901	404 368	473 928	481 555	507 715	508 567
Urgências (Nº)	443 163	438 718	423 607	432 357	419 259	416 912
Internamento (Nº doentes)	28 460	28 531	27 704	27 372	26 870	27 761
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica (Nº)	2 508 511	2 707 185	3 053 048	3 159 475	3 341 554	3 643 839
Médicos (Nº)	435	466	465	506	510	514
Enfermeiros (Nº)	1 011	1 013	1 036	1 095	1 212	1 256

Fonte: Direcção Regional de Saúde, DREPA.

Ao nível das dependências e através de alguns indicadores conhecidos e integrados em contexto nacional, observam-se taxas menos favoráveis para a Região, a merecer alguma atenção e seguimento, como por exemplo ao nível da dependência do tabaco, em que 24 % dos açorianos revelou ser fumador, mais 4% em média que no restante espaço nacional, havendo, em relação ao álcool situações diversas em função dos escalões de idades, porém a merecer seguimento e intervenção, bem como nas toxicodependências, onde as estatísticas rarciam em razão das questões de legalidade associadas.

- **Maior Fruição dos Bens Culturais e Acesso ao Desporto**

As manifestações de ordem cultural e desportiva no arquipélago dos Açores assumem-se como formas de expressão com maior evidência social e vivência comunitária, proporcionando não só a valorização dos recursos humanos, mas também a materialização de condições à fixação das populações em cada uma das nove ilhas do arquipélago.



No caso particular da cultura haverá que referir que, ao nível da recuperação e reabilitação dos bens históricos ou de outros equipamentos, e o apoio a algumas iniciativas e eventos culturais, para além do objectivo imediato de se chegar às populações, tem proporcionado, como efeito lateral, o enriquecimento do produto turístico associado à imagem dos Açores.

O investimento público em infra-estruturas e equipamentos desportivos tem tido retorno, representado na evolução do número de praticantes em diversas modalidades. Os registos e apuramentos estatísticos apontam para uma realidade regional muito própria: os mais de vinte milhares de atletas regionais, representam cerca de 4,4% no conjunto do país, ou seja, mais do dobro da proporção da população residente num e no outro território.

Os níveis crescentes de procura e acesso registados nestas actividades, marcam uma etapa importante e não despendendo do processo de coesão social, de equilíbrio e de valorização social, que importa manter e apoiar. Porém, são sectores exigentes em investimento público, quer ao nível da construção/modernização e funcionamento das infra-estruturas e equipamentos, como também na formação de quadros com capacidade para intervir com qualidade no desenvolvimento dos respectivos sistemas.

- *Utilização crescente das tecnologias de informação e comunicação no quotidiano dos indivíduos e das famílias dos Açores*

O nível de penetração da designada Sociedade da Informação no quotidiano dos açorianos não diverge significativamente do que se passa em média no restante espaço nacional, havendo situações em que os indicadores tomados pelo sistema oficial de estatística apresentam valores superiores na Região.

Com efeito, a percentagem de agregados domésticos com computador é superior nos Açores, incluindo as ligações à internet, designadamente as suportadas em rede de banda larga. Onde se regista algum desvio, embora sem significado, será na utilização dos meios para determinadas actividades, como algumas situações de utilização do computador e a utilização da rede de multibanco para pagamentos de alguns serviços, podendo neste particular ser eventualmente compensada pela maior utilização nos Açores de computador em casa, para esses pagamentos.

Sociedade da Informação – Indicadores

Unidade: %

	Agregados Domésticos			Indivíduos											
	Posse de computador	Ligação à Internet	Ligação à Internet através de banda larga	Utilização de computador				Utilização de Internet				Utilização de telemóvel	Utilização de Caixas Multibanco		
				Total	Em casa	Dos quais		Total	Em casa	Dos quais			Total	Dos quais	
						No local de trabalho	Na escola ou Universidade			No local de trabalho	Na escola ou Universidade			Para Carregamentos de telemóvel	Para pagamentos de serviços
Açores	50,0	39,9	32,5	37,4	84,1	45,6	19,1	30,5	70,9	41,9	20,7	77,3	62,0	78,8	44,8
Portugal	48,3	39,6	30,4	45,8	79,4	48,2	19,8	39,6	68,5	43,0	21,0	82,6	66,6	76,2	56,6

Fonte: INE.

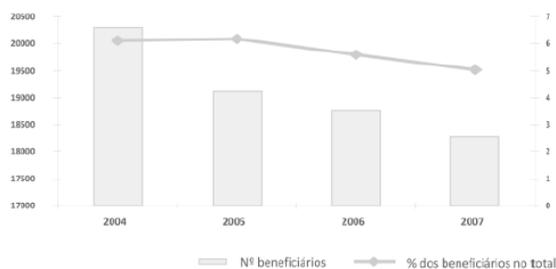


- *Coesão e integração social*

Décadas de abandono e de isolamento originaram fenómenos de exclusão e de pobreza, que as anteriores correntes emigratórias e a actual dinamização económica não extinguiram por completo. Por outro lado, fenómenos mais recentes, como por exemplo as toxicodependências e o repatriamento forçado de açorianos residentes em países estrangeiros, obrigam à formulação de políticas públicas dirigidas a públicos específicos em risco e em situação potencial de exclusão social.

O Rendimento Social de Inserção é um dos instrumentos de política social em vigor na Região e que nos últimos anos tem conhecido uma situação inversa à registada no conjunto do país.

Com efeito, enquanto a nível Açores o número de beneficiários com requerimento de RMG e RSI activo tem vindo a decrescer em termos absolutos, a nível nacional a tendência tem sido inversa, conduzindo este efeito conjugado a uma perda de peso relativo dos Açores no contexto nacional.



A animação económica acompanhada pelas políticas activas de fomento do emprego tem proporcionado a existência na Região de taxas de desemprego com valores relativamente reduzidos, aproximando-se de um nível que, em termos técnicos, se considera como de quase pleno emprego (taxas de desemprego iguais ou inferiores a 4%).

Evolução do Desemprego nos Açores

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Tx. de Desemprego (%)	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3

Fonte: Direcção Regional de Saúde, DREPA.

Face às ameaças detectadas, em termos do choque originado pela envolvente externa, haverá que monitorizar uma situação potencial de exclusão provocada por desocupação involuntária prolongada de activos. Por outro lado, haverá que ponderar algumas medidas em função das parcelas em que se aplicam, com discriminação positiva para as ilhas de menor potencial e dimensão.



1.3. O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- *Níveis crescentes de riqueza produzida*

A primeira questão que emerge quando se aborda a actividade económica de um território, numa perspectiva de posicionamento e da evolução do grau do desenvolvimento existente, é respondida através do conhecimento e enquadramento do nível da riqueza produzida.

Os últimos dados conhecidos e publicados pelo INE, para o período 1995-2007, ainda que para o último ano os considere como preliminares, informam que o valor do PIB per capita nos Açores representa cerca de 89% do valor equivalente apurado para o conjunto do país. Em termos de comparação com o valor médio para o conjunto da União Europeia, a 27 estados membros, introduzindo as paridades de poder de compra (PPC) para uma aferição mais realista, este índice situa-se nos 68% da média europeia.

Em termos dinâmicos, observa-se que a economia dos Açores tem convergido não só com os valores médios nacionais, mas também com o espaço europeu. Com efeito, enquanto os Açores em 1995 eram a região menos desenvolvida a nível do país e conseqüentemente na comunidade europeia, com os últimos resultados pode-se constatar que o ritmo de crescimento económico permitiu aproximar o produto per capita da média nacional. Este desempenho originou uma subida dos Açores no contexto das regiões portuguesas, deixando de ser o espaço com menor riqueza criada por habitante, como também conduziu a um esbatimento significativo do desequilíbrio em comparação com o que se regista a nível europeu, ou seja, uma evolução positiva no processo de convergência real.

	Produto Interno Bruto						
	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007*
1. Açores	1 607	1 785	2 155	2 488	2 785	3 018	3 343
2. País	85 138	97 898	114 192	129 308	138 582	149 123	163 119
% (1/2)	1,88	1,82	1,89	1,92	2,01	2,02	2,05
PIB per capita (mil euros/hab.)	8,5	9,7	11,2	12,6	13,3	14,1	15,4
PIB per capita (Portugal=100)	79	77	81	83	88	88	89
PIB per capita PPC (UE 27=100)	60	59	63	65	67	67	68

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

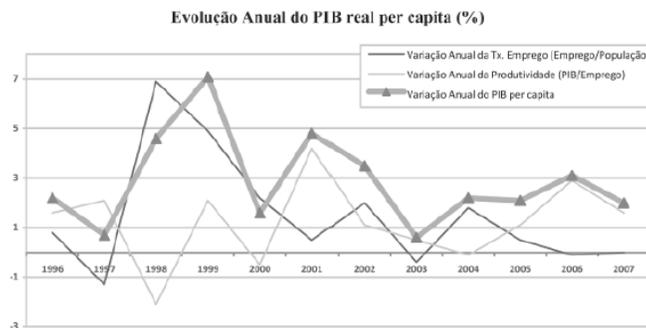
Recorrendo a uma análise interna sobre as grandes alavancas do crescimento económico da Região, poder-se-á recorrer à análise da evolução da capitação do produto interno, através da sua decomposição em dois factores: o nível de produtividade do factor trabalho e o aumento do emprego.

Embora se deva acentuar a importância do aumento da produtividade de uma economia, por estar intimamente ligada ao crescimento do rendimento a prazo alargado e também à competitividade, não é



menos importante o crescimento do emprego, já que baixos níveis de empregabilidade relacionam-se intimamente com a exclusão social e a pobreza.

Nos Açores, através dos dados conhecidos, observou-se uma composição e interação entre o aumento da taxa de emprego e o crescimento da produtividade bruta, em que nos primeiros anos da série conhecida o crescimento do emprego terá sido o motor mais potente do aumento da produção de riqueza na Região e no período final o aumento da produtividade terá sustentado o crescimento económico.



Em termos prospectivos, cruzando com a informação das projecções demográficas e a evolução da taxa de actividade da população, designadamente a feminina, existe ainda margem de progressão para um crescimento intensivo, embora se aponte um aumento mais efectivo da produtividade, face ao efeito progressivo do envelhecimento da população, em que o processo de convergência obrigará a um crescimento económico obtido por actividades económicas com maior potencial ao nível da geração de valor acrescentado, e também para a manutenção de um nível satisfatório da competitividade da produção regional, designadamente dos bens e serviços transaccionáveis.

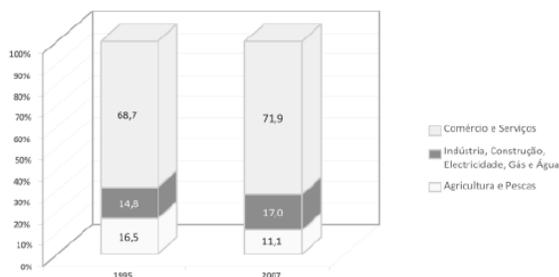
- **Especialização produtiva vinculada, mas em evolução**

A repartição do Valor Acrescentado na economia regional não registou alterações profundas nos últimos 12 anos. O sector primário, mercê das condições endógeno-climáticas características, detém um peso apreciável, mas é nos serviços que efectivamente se cria mais valor na economia regional. Em termos dinâmicos, a evolução detectada é própria dos territórios em desenvolvimento, em que a actividade terciária ganha peso e preponderância em relação às demais.

Em termos intra-sectoriais, no sector secundário destacam-se os ganhos relativos do subsector da energia, gás e água. No terciário releva-se, no domínio do privado, a actividade comercial, o alojamento e a restauração, com ganhos de representatividade, sendo as variações da esfera pública relacionadas com a educação e saúde.



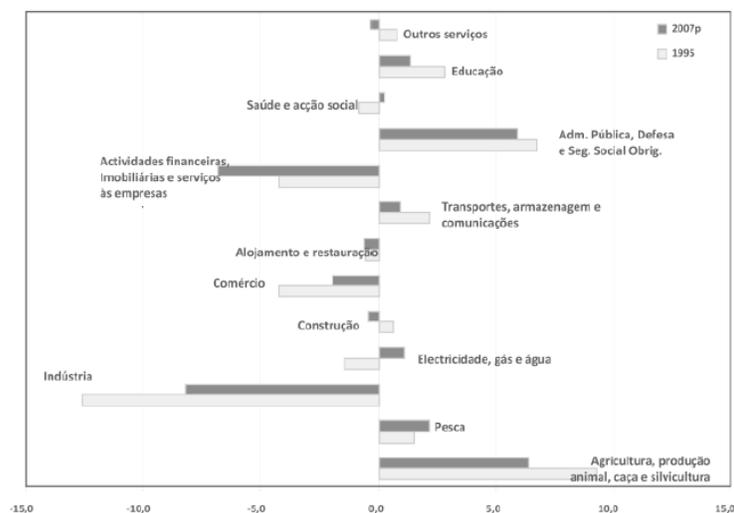
Repartição do VAB – 1995 e 2007



Em termos da especialização produtiva, tomando por padrão a distribuição dos pesos relativos dos VAB sectoriais verificados no país, observa-se que os Açores apresentam, em termos gerais, a configuração de uma pequena região insular e periférica, onde assume especial importância a especialização em produções em que se dispõe de vantagens pela proximidade e pela abundância da matéria prima, no caso a actividade pecuária e a pesca. Por via da configuração territorial específica regista-se o peso proporcionalmente maior do sector energético, dos transportes e de alguns serviços públicos.

Em termos dinâmicos, porém, no período considerado (1995-2007) constata-se uma redução das disparidades na comparação das estruturas do VAB da região e o nacional (o desvio padrão em 2007 é menor que o calculado para 1995).

Diferença entre as Estruturas dos VAB's Sectoriais (Açores/País) (%)





É reconhecido o peso e a importância que as fileiras de especialização tradicional, a agro-alimentar, a agro-florestal e ainda a das pescas têm na economia regional. No caso particular da transformação, embora o quadro anterior não seja integralmente esclarecedor, face ao nível de desagregação sub-sectorial disponível, pode-se referir que, através dados do Observatório Regional do Emprego e da Formação Profissional, as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco afectam perto de 60% de todo o emprego na indústria transformadora na Região.

Com alguma propriedade poder-se-á apontar a fileira agro-pecuária dos Açores como um cluster regional, tomando a concentração da localização de empresas, com ligações e interdependências entre si, com uma boa imagem junto do consumidor, fortalecendo-se a articulação entre autoridades públicas, Universidade, empresas, e outros agentes.

É neste contexto que indiscutivelmente o sector agrícola apresenta um bom desempenho, quando enquadrado no contexto nacional. Com efeito, as explorações, ao mesmo tempo que apresentam uma dimensão relativamente reduzida, têm uma intensidade de utilização de volume de trabalho menor, permitindo uma eficiência equilibrada na utilização destes recursos básicos às actividades agrícolas. Assim, não surpreenderá a elevada produtividade alcançada nos Açores, onde a orientação para a produção agro-pecuária origina margens brutas de exploração que contribuem para a elevação dos índices médios.

Indicadores

Classes	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Dimensão (Ha/Expl.)	8,0	11,4	70,2
Volume de trabalho (UTA/Expl.)	0,8	1,2	66,7
Eficiência (UTA/100 ha)	10,1	10,9	92,7
Produtividade (UDE/UTA)	17,1	5,6	305,4

Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, 2005.

A actividade pesqueira no arquipélago tem uma expressão significativa à nossa escala, com impacto no emprego gerado que na actividade propriamente dita, cerca de 3,8 mil indivíduos, entre pescadores, apanhadores e trabalhadores em terra de apoio em terra à actividade do mar, para além do emprego e rendimento gerado indirectamente no sector transformador (conservas), comercial, transporte, entre outras actividades. O volume de pescado descarregado nos portos de pesca da Região que rondará, em termos médios, as 10 mil toneladas/ano abastece não só o mercado regional, como também favorece o sector exportador.

Em termos prospectivos, o investimento realizado no âmbito das infra-estruturas e equipamentos de apoio à actividade deverá proporcionar aumento de rendimento gerado nesta actividade, em conjugação com a necessária reprodução e sustentabilidade dos recursos haliêuticos.

Haverá ainda que atender à regulamentação comunitária respeitante a esta actividade.



- *Alargamento da Base Económica*

O sector do Turismo constitui-se já como um novo pilar da base económica regional, pela dimensão e pelo papel que já tem no conjunto da actividade económica desenvolvida na Região. A maior parte da oferta hoteleira dos Açores foi construída de novo e a parte restante foi, na sua maioria, profundamente remodelada e reestruturada. Ao nível da procura, nos últimos oito anos mais que duplicou o número de dormidas nos estabelecimentos regionais.

A actual conjuntura na Europa, espaço principal de origem dos turistas que procuram os Açores, poderá afectar de algum modo o sector. Em termos prospectivos releva-se a necessidade de aumentar o esforço de divulgação e promoção do destino Açores, procurando novos mercados geradores de fluxos, para além do trabalho a desenvolver em outras componentes, com vista a melhorar as taxas de ocupação fora da época estival e equilibrar a exploração das unidades hoteleiras, designadamente as mais recentes.

Procura e Ofertas Turísticas

Ano	Capacidade*				Ano	Dormidas			
	Hoteleria Tradicional	Turismo em espaço rural	Outros	Total		Hoteleria Tradicional	Turismo em espaço rural	Outros	Total
1999	3 811	149	405	4 364	1999	524 129	10 179	18 050	552 358
2001	4 321	237	454	5 013	2001	718 095	17 571	25 088	760 754
2003	5 967	276	462	6 705	2003	804 028	16 710	23 130	843 868
2005	8 075	313	395	8 783	2005	1 136 452	19 381	17 843	1 173 676
2007	8 153	609	735	9 497	2007	1 184 375	19 679	87 018	1 291 072

* Média anual da oferta mensal de camas.

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

Os sectores privados de comércio e de prestação de serviços vão-se adaptando, como no restante espaço nacional, a novas realidades e à evolução da sociedade.

Por via de um certo envelhecimento da população, uma menor representatividade dos jovens, a preponderância de famílias mais pequenas e com perfil de comportamentos e de consumo mais próximos de um estilo de natureza urbana tem condicionado a evolução da actividade comercial. Novos padrões de consumo implicam, ainda que de forma não dominante, a associação entre o tempo das compras necessárias e a ocupação do tempo livre, com a procura de agrupamentos de pontos de vendas em centros comerciais.

A actividade comercial em geral nos Açores evidencia já alguma dualidade, designadamente nos principais centros urbanos. Por um lado, um modelo de negócio familiar e de sobrevivência e, por outro lado, o aparecimento e consolidação nas principais zonas urbanas de empresas com dimensão e com poder de mercado, inseridas em cadeias nacionais de comércio por grosso e a retalho, com uma forte influência em alguns casos a montante, ao nível da logística e até da produção.



O sector dos serviços nos Açores conheceu recentemente um crescimento acentuado, quer os serviços de apoio às famílias quer, sobretudo, os serviços de apoio às empresas. Para além da prestação mais tradicional, surgiram novas actividades, algumas decorrentes das oportunidades criadas pelo desenvolvimento rápido do sector do turismo, outras com uma componente interessante de novas tecnologias de informação e do conhecimento.

- **Estrutura empresarial**

São as pequenas e as microempresas que predominam na estrutura empresarial dos Açores. Tomando alguns indicadores produzidos pelo sistema oficial de estatística verifica-se que, apesar das condições específicas e de potencial do mercado, existe uma certa capacidade empresarial na Região, ao nível do empreendedorismo, ou seja criação de empresas.

As empresas regionais revelam, proporcionalmente, uma dimensão menor no contexto nacional, tomando como variável o pessoal ao serviço, ou ainda o volume de negócios, já que o peso relativo destes indicadores no total do apurado para o país é inferior ao do número de unidades. O nível da integração vertical da produção é também relativamente menor, representado por um menor peso do valor acrescentado no contexto do volume global de negócios. Estes indicadores coadunam-se perfeitamente com o potencial do mercado regional, o seu perfil da especialização e o actual estágio de desenvolvimento da economia açoriana.

Empresas - 2006

	Nº		Milhões de euros		
	Empresas	Pessoal	Volume Negócios	VAB	Custos com Pessoal
Açores	18.850	60.608	4.597,7	1.036,1	644,3
% no País	1,74	1,62	1,39	1,33	1,38

Fonte: INE – Estatística das Empresas.

- **Sistemas Científico e de Inovação**

O Sistema Científico e Tecnológico Regional já compreende um conjunto apreciável de unidades de investigação, de infra-estruturas tecnológicas resultantes de parcerias público-privadas, centros de divulgação da cultura científica e tecnológica e espaços para a promoção das tecnologias de informação e da comunicação.

As Unidades de Investigação acreditadas distribuem-se pela Universidade dos Açores – Centros de Biotecnologia, de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico, de Investigação e Recursos Naturais, de Investigação e Tecnologias Agrárias, de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos, IMAR –, na própria orgânica do governo regional – Laboratório Regional de Engenharia Civil – e pelo sistema regional de saúde – Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular e a Unidade de Genética e Patologia Molecular.



No âmbito das infra-estruturas tecnológicas, destaca-se o Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores e a Escola de Novas Tecnologias dos Açores. Os Observatórios Astronómico, do Ambiente, do Mar e o Vulcanológico e Geotérmico dos Açores constituem-se como os principais espaços de Divulgação da Cultura Científica e Tecnológica.

No segmento da promoção de inovação, designadamente de parcerias entre entidades públicas e privadas, destaca-se o Instituto de Inovação dos Açores (INOVA), a Escola de Novas Tecnologias dos Açores, onde se tem vindo a consolidar níveis de cooperação e de interação entre diversos actores, destacando-se por exemplo iniciativas no âmbito do incentivo à inovação empresarial, com parcerias com INETI, a Universidade Nova e personalidades de reconhecido mérito, ou outras mais dirigidas como são exemplos a prospecção, a avaliação de recursos minerais, envolvendo o Laboratório Regional de Engenharia Civil, a Universidade dos Açores, a valorização das águas termais nos Açores, que agrupa o INOVA, o INETI e o CEDINTEC, entre outros.

A cooperação e o estabelecimento de ligações e redes entre a esfera da investigação e da inovação e a economia real são factores decisivos para a competitividade da produção económica, registando-se algumas oportunidades para uma efectiva clusterização das principais produções regionais.

1.4. A VALIA DO TERRITÓRIO

- *O papel dos sistemas de acessibilidade intra-territorial*

As acessibilidades assumem um papel fundamental no contexto regional, seja pela distância que separa o Arquipélago do Continente português, seja por via da descontinuidade territorial, que obriga à existência de uma rede complexa de serviços de transporte marítimo e aéreo, e uma extensa rede viária associada à orografia e ao tipo de povoamento.

Em termos de organização da rede viária existem 3 grandes classificações: a regional, a municipal e a agrícola e florestal. Por sua vez a rede regional inclui as vias rápidas (2 faixas por sentido) e as estradas regionais de 1ª e de 2ª classe. A extensão da rede viária regional ronda os 1450Km. A rede regional, cuja construção/manutenção compete à administração regional, é constituída pelas estradas que ligam todos os aglomerados urbanos; a rede municipal, da responsabilidade das Autarquias, integra os troços dentro dos aglomerados urbanos e das respectivas áreas adjacentes; a rede agrícola e florestal, que permite ligações dentro dos perímetros de ordenamento agrário e dos perímetros e núcleos florestais, está acometida às autoridades regionais com a tutela sobre a actividade agrícola e florestal.

Em termos de velocidade média de deslocação observam-se valores entre os 58 Km/h em S. Miguel e os 30 Km/h na ilha do Corvo.

Não se regista uma grande intensidade nos movimentos pendulares ao nível do movimento de meios de transporte. A larga maioria da população estuda ou trabalha no concelho de residência, com algumas excepções para os concelhos próximos dos principais centros urbanos: Lagoa, onde mais de 1/3 da população trabalha ou estuda em Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Povoação onde perto



de 1/5 também estuda e trabalha em Ponta Delgada. Na ilha Terceira observa-se também que parte da população da Praia da Vitória estuda e/ou trabalha em Angra do Heroísmo.

Atendendo à orografia das ilhas e ao facto da distribuição da residência ao longo das costas, versus exploração agro-pecuária nos espaços mais interiores, obriga a uma rede relativamente densa de vias, associadas a custos de construção e de reabilitação relativamente elevados.

A utilização das estradas regionais tem vindo a crescer também em resultado do crescimento do parque automóvel dos Açores, aumento esse proporcionalmente maior do que observado no país, registando-se ainda, todavia, uma taxa de motorização inferior à média nacional. De destacar na composição do parque automóvel, o aumento significativo dos veículos mistos, adaptados ao tipo de economia local e, ainda, o crescimento do número de autocarros, indiciando também o desenvolvimento da actividade turística. Ao nível da segurança verifica-se que as 3,9 mil ocorrências registadas pela Polícia de Segurança Pública nos Açores, relativas a acidentes de viação, representam cerca de 10% do número de acidentes registados no Continente.

Têm sido afectos montantes significativos para a construção/reabilitação das redes viárias, registando-se actualmente condições, em termos médios, relativamente favoráveis. Haverá ainda que realizar intervenções com alguma expressão na rede viária regional, destacando-se a ligação rodoviária com o concelho do Nordeste, e a reabilitação de troços da rede viária concelhia, complementada por sistemas de estacionamento de viaturas, designadamente nos aglomerados urbanos de maior dimensão.

- *O papel dos sistemas de acessibilidade inter-territorial*

Transportes Marítimos

A natureza dispersa e afastada das ilhas, conjugada com a característica do mar envolvente, originou uma certa especialização dos sistemas de transporte: o movimento das pessoas utilizando preferencialmente o transporte aéreo e as mercadorias pelo mar, com algumas excepções naturais, face à proximidade geográfica de algumas ilhas, como é o caso Faial - Pico.

Porém, mais recentemente, com a oferta de determinados meios tem surgido uma procura potencial para o transporte de passageiros por mar, com possibilidade de transporte de viaturas (navios tipo ferrie), situando-se numa dimensão complementar ao transporte aéreo e gerando possibilidades adicionais de movimentação inter-ilhas, seja para os residentes, seja para os visitantes.

Está em execução uma medida de política que visa introduzir racionalidade e economias no sistema, bem como uma maior segurança na oferta deste tipo de serviços e que se traduz na construção de 2 navios tipo ferrie ajustados às características do meio e adaptados às necessidades e volume de fluxos.

Cargas Movimentadas

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Aeroportos	12,7	13,1	13,3	12,7	13,2	11,9	11,3
Portos	2 501,8	2 647,9	2 726,9	2 797,1	2 825,6	2 857,5	3 050,1
Total	2 514,5	2 661,0	2 740,2	2 809,8	2 838,8	2 869,4	3 061,4

1000 Ton.

Fonte: SREA.



Todas as ilhas possuem um porto comercial das classes A (Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta) ou B (nas restantes ilhas). Face à crescente utilização destas infra-estruturas e ao desgaste provocado pelo estado do mar, os diferentes planos de ordenamento dos portos apontam para a necessidade de separar as actividades comercial, das pescas e do tráfego de passageiros, o reforço dos molhes, a melhoria das acessibilidades aos portos. Em consequência, persiste a necessidade de realizar pontualmente as correspondentes obras de requalificação.

Transportes Aéreos

À semelhança dos restantes sistemas de transporte, também se registaram investimentos públicos relevantes no transporte aéreo, quer os promovidos directamente pelo Governo Regional quer os que resultam de parceria com transportadora aérea regional, quer ainda por entidades nacionais com responsabilidade em algumas das aerogares/aeroportos com localização na Região.

Concluídas as principais obras, a Região ficou dotada com nove infra-estruturas aeroportuárias, que suportam 5 gateway nas ilhas Stª Maria, S. Miguel, Terceira, Faial e Pico, e uma rede de aerogares com capacidade para uma oferta de serviço eficiente para a movimentação dos passageiros e das cargas.

O nível de utilização das infra-estruturas aéreas tem sido crescente, alavancada quer pela mobilidade interna, quer pelos fluxos dos visitantes.

Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

	Interno	Territorial	Internacional	Total
2001	781 179	592 163	156 621	1 529 963
2002	767 577	632 812	153 010	1 553 399
2003	751 555	626 404	163 574	1 541 533
2004	804 604	654 588	184 532	1 643 724
2005	786 258	668 890	223 453	1 678 601
2006	827 567	695 955	228 378	1 751 900
2007	851 401	718 860	228 117	1 798 466

Fonte: SREA.

Em relação aos investimentos realizados em meios de transporte aéreo pela transportadora aérea regional, sublinha-se o esforço que a empresa pública regional desenvolve em termos de renovação dos meios para a operação inter-ilhas. As operações inter ilhas estão sujeitas às Obrigações de Serviço Público impostas ao transportador, exigentes em termos do número de frequências e em rotas deficitárias, originando um esforço financeiro de compensação dos sobrecustos daí decorrentes.

Comunicações

Historicamente os Açores desempenharam um papel estratégico no plano das redes de comunicações. Com a evolução tecnológica essa posição atenuou-se, embora a Região disponha de uma situação privilegiada, como se demonstra pela localização do centro de controlo oceânico na ilha de Santa Maria e mais recentemente a estação de rastreio de satélites também naquela ilha.



Ao nível das principais infra-estruturas destaca-se o cabo de fibra óptica, interligando, entre si, actualmente 7 ilhas dos Açores e, no futuro a totalidade do território, e a Região com o exterior.

Quanto à rede telefónica, a Portugal Telecom possui rede de voz e dados, de cobre e fibra óptica, complementada com feixes de microondas. Quanto às redes móveis estão operacionais os 3 operadores GSM, havendo uma taxa de penetração muito elevada.

Ao nível da TV por cabo, existe uma empresa fornecedora do serviço, controlada pelo Grupo Portugal Telecom (84%), sendo os restantes accionistas uma entidade bancária e a empresa pública de electricidade. A rede cablada cobre zonas urbanas, dando o serviço DTH cobertura ao restante espaço regional.

No que concerne à Internet estão disponíveis os diversos serviços dial-up gratuitos oferecidos a nível nacional. Embora anunciado o objectivo de cobertura com Banda Larga, o ADSL não está disponível em todos os locais. As redes Wireless de acesso à Internet estão disponíveis em aeroportos, alguns hotéis e em outros locais muito restritos.

- *Uma sólida rede pública de infra-estruturas sociais*

Educação

Tendo em conta a dispersão geográfica da população açoriana, a crescente concentração urbana e a necessidade de se criar um sistema educativo mais autónomo e descentralizado, o modelo territorial da rede açoriana de infra-estruturas escolares foi reestruturado, assentando, entre outros princípios:

- integração vertical da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico;
- concentração das actividades escolares do 1.º ciclo e da Educação Pré – escolar num único edifício em cada freguesia ou conjunto de freguesias;
- expansão do ensino secundário na generalidade dos concelhos da Região, ampliando-se infra-estruturas, dotando as escolas de laboratórios e outros espaços específicos destinados ao ensino experimental das ciências e das tecnologias, e até mesmo a construção de novas escolas, para aquele nível de ensino.

A conjugação destes factores originou ao longo do tempo uma redução do número de estabelecimentos, em linha com uma melhor oferta de condições materiais e também com melhoria da relação entre oferta e dos recursos físicos e utilizadores e entre o número de docentes e o de discentes do sistema de educação. Porém, apesar deste esforço, face à descontinuidade territorial ainda se verifica uma proporção maior de infra-estruturas físicas na Região, em relação ao peso relativo populacional.

Estabelecimentos Públicos de Ensino Não Superior

	Número	% do país
Pré- escolar	175	3,7
Ensino Básico	237	2,8
Ensino Secundário	21	3,8

Fonte: SREA e DREPA.



No domínio da rede escolar, o instrumento de política pública regional, a Carta Escolar dos Açores, estão definidas as prioridades ao nível da construção/remodelação do parque escolar.

As estruturas físicas da Universidade dos Açores distribuem-se de forma tripolar, com os campus localizados nas cidades de Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel), Angra do Heroísmo (Terceira) e Horta (Ilha do Faial). Mais de quatro centenas de docentes e 3,3 mil alunos, dos quais 2/3 são do sexo feminino, desenvolvem a sua actividade na Universidade. Ao contrário do sistema de ensino oficial não universitário, que é dirigido e financiado por recursos financeiros com origem no Orçamento da Região, a Universidade dos Açores integra-se no sistema de ensino universitário nacional, embora ao nível de financiamento de novas infra-estruturas e equipamentos o Governo Regional tenha disponibilizado financiamentos com origem regional e comunitária, em ordem a promover as correspondentes obras de adequação.

Saúde

O serviço regional de saúde, ao nível dos equipamentos e das infra-estruturas, traduz a dispersão territorial da população pelos dezanove concelhos das nove ilhas dos Açores. Com efeito, se a população dos Açores não excede a de uma cidade média do território continental, esse efectivo populacional distribuído pelas nove ilhas obriga a um sistema complexo na organização do sector com consumo significativo de recursos financeiros.

A distribuição territorial dos equipamentos e serviços tende a dispersar-se pelos centros de saúde nas diversas ilhas, nomeadamente nas valências de medicina mais preventiva, e a densificar-se à volta das especialidades praticadas nos hospitais.

A citada dispersão obriga a uma certa multiplicação das infra-estruturas e equipamentos. Por exemplo, o número de camas nos hospitais regionais por milhar de residentes (7,2 camas) é superior ao dobro do valor do mesmo índice apurado para o resto do país. Porém ao nível dos profissionais que desenvolvem a sua actividade no território observa-se um menor peso do número de médicos por contrapartida do pessoal de enfermagem.

Indicadores de Saúde - 2007

	Enfermeiros/ 1000 hab.	Médicos/ 1000 hab.	Farmácias/ 1000 hab.
Açores	6,5	2,0	0,3
País	5,1	3,6	0,3

Fonte: SREA.

Além das 47 farmácias existentes em 2007, as unidades privadas registadas na Direcção Regional de Saúde incluem a oferta de cuidados de saúde prestados em clínicas e consultórios, laboratórios de análises e ginásios de fisioterapia e/ou reabilitação.

Para além das sempre necessárias obras de adaptação e modernização das estruturas de saúde, destaca-se pela oportunidade e necessidade a construção de um novo hospital na ilha Terceira, substituindo a antiga e desactualizada infra-estrutura existente.



Anualmente apura-se um volume elevado de despesa e de sobrecustos, substancialmente superiores aos que se verificam no espaço continental, em matéria de transporte de doentes inter-ilhas, por via aérea, para obtenção de cuidados diferenciados nos hospitais regionais, ou o movimento para o exterior do arquipélago para suprir falhas existentes ao nível de certas valências. As despesas associadas ao transporte de doentes assumem valores consideráveis, suportados pelo orçamento regional.

- *Equilíbrio ambiental, valor a preservar*

Recursos Hídricos

As disponibilidades hídricas são, em termos médios, suficientes para satisfazer as necessidades da Região, embora se registem pontualmente alguns problemas quanto à degradação da qualidade das massas de água.

Os recursos hídricos superficiais são constituídos essencialmente por ribeiras, que reúnem na generalidade requisitos ambientais mínimos e pelas lagoas, com algumas situações de eutrofização, o que tem suscitado uma intervenção de correcção, a prosseguir no futuro.

As águas subterrâneas constituem a principal origem do abastecimento de água, satisfazendo cerca de 97% das necessidades. Não existem problemas acentuados de qualidade, embora, pontualmente, possam advir da sobre-exploração de aquíferos, com a conseqüente intrusão salina, do excesso de nitratos e da contaminação microbiológica relacionados com a poluição difusa, proporcionada pela exploração agro-pecuária. O nível de atendimento atinge praticamente os 100%. Subsistem alguns problemas de oferta em quantidade em alguns concelhos, no tratamento, na protecção das nascentes, nas perdas de água na adução e na distribuição e, em alguns concelhos, na necessidade de expandir/reabilitar as redes.

No caso particular das águas balneares, de um modo geral a maioria das zonas balneares apresenta uma qualidade de água bastante razoável, o que tem originado uma classificação adequada para ostentação de bandeira azul.

Saneamento

No que diz respeito à drenagem e tratamento de águas residuais, o modelo actual de gestão assenta na administração municipal, quer directamente, quer através de serviços municipalizados.

A implementação de infra-estruturas de saneamento básico associado às águas residuais tem registado progressos, mercê dos apoios comunitários, embora se registem ainda algumas limitações. Com efeito, cerca de 95% da totalidade das águas residuais drenadas na Região respeitam às ilhas de S. Miguel e Terceira, que por sua vez concentram mais de $\frac{3}{4}$ da população do arquipélago. A maior parte das águas domésticas associa-se aos usos domésticos e a estabelecimentos de comércio e serviços. Em termos de tratamento, as fossas sépticas colectivas constituem-se como o meio de tratamento de águas residuais mais comum na Região, em especial nos aglomerados urbanos de pequena dimensão.

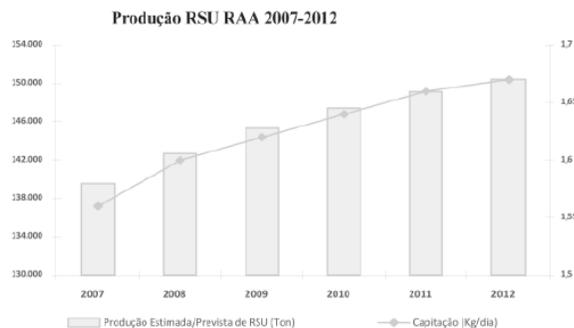
Os níveis de atendimento não são suficientes. Estão disponíveis apoios financeiros com origem nos programas com co-financiamento comunitário para as autarquias locais melhorarem a situação.



Resíduos

A produção de resíduos sólidos urbanos tem aumentado, na razão directa do crescimento económico e também de outros fenómenos.

Estimam-se volumes de produção de resíduos sólidos urbanos próximos das 150 mil toneladas no final de vigência da actual legislatura, havendo orientações em ordem ao tratamento e destino final mais adequado.



A recolha selectiva tem vindo a aumentar progressivamente. Na RAA, o Sistema Ponto Verde proporciona uma cobertura a cerca de 212 000 habitantes, o que representa quase 88% da população. Para além do sistema de recolha porta-a-porta, as infra-estruturas de recolha associadas a este Sistema e distribuídas pelas quatro ilhas contabilizam um total de várias centenas de ecopontos.

Na Região foram elaborados diversos estudos e planos estratégicos que suportam as medidas de política pública dirigidas às principais tipologias de resíduos, incluindo os Industriais, dos quais cerca de 98% são resíduos industriais não perigosos; os hospitalares resultantes de actividades médicas desenvolvidas em unidades de prestação de cuidados de saúde, em actividades de prevenção e diagnóstico, tratamento, reabilitação e investigação, relacionada com seres humanos ou animais, farmácias, em actividades médico-legais, de ensino e em quaisquer outras intervenções que envolvam procedimentos invasivos; os agrícolas e florestais, que não ultrapassam as 4,2 mil toneladas por ano, das quais apenas 21 toneladas podem ser consideradas como resíduos agrícolas perigosos e ainda os designados como os especiais, como sejam óleos usados (600 a 700 mil Kg/ano), as pilhas (cerca de 61 toneladas), os acumuladores (1,2 mil toneladas), as 3,2 mil toneladas de veículos em fim de vida, as 1,1 mil toneladas de pneus usados e ainda 4,7 mil toneladas relativas a equipamentos eléctricos e electrónico.

São várias as entidades gestoras de sistemas de fluxos de resíduos, com operadores licenciados nos Açores, que permitem estender às ilhas as soluções adequadas a determinadas tipologias de resíduos.



Qualidade do Ar

Os indicadores normalmente utilizados para a caracterização da qualidade do ar são o dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x), monóxido de carbono (CO) e partículas em suspensão. Existem outros poluentes, como o Ozono troposférico (O₃), que resultam de reacções químicas entre poluentes primários. Pelos dados disponíveis os valores observados na Região estão abaixo dos limiares apontados na legislação aplicável.

Conservação e Gestão da Natureza

Em termos da biodiversidade e relativamente à flora, estão identificadas 1020 plantas vasculares, sendo 302 nativas, das quais 39 têm estatuto de protecção. Das 66 espécies de flora endémicas dos Açores, 31 estão protegidas. Na RAA consideram-se com carácter invasor 17, das 702 espécies de flora exótica existente.

Estão identificadas cerca de 47 espécies de aves nos Açores, das quais 35 nidificam regularmente na Região, 5 são introduzidas, 25 residentes e 12 migradoras. Em relação aos mamíferos, ocorrem nos Açores de forma natural 27 espécies, das quais 25 são cetáceos e as restantes correspondem a 2 mamíferos terrestres. O grupo de organismos terrestres mais diverso, os artrópodes, também se encontra disperso em todas as ilhas dos Açores com 2209 espécies e subespécies contadas, pertencentes a 1433 géneros. Das espécies todas presentes contaram-se 267 endémicas.

O território regional funciona como um local de reprodução, crescimento e descanso para muitas espécies marinhas. Devido a esta riqueza em habitats e espécies marinhas nos Açores foram definidos na Rede Natura 2000 cerca de 8772,7 ha de áreas marinhas. Há registo de 460 espécies de peixes, distribuídas por 142 famílias, dado que revela a grande riqueza da ictiofauna açoriana.

As fontes hidrotermais dos Açores também têm sido objecto de variados estudos devido à sua grande riqueza a nível de ecossistemas e à sua raridade à escala mundial. Estes factos explicam o investimento que se tem vindo a desenvolver ao nível da proposta de criação de algumas Áreas Marinhas Protegidas centradas em fontes hidrotermais como o Menez Gwen ou o Lucky Strike.

A natureza vulcânica dos Açores explica a presença de uma grande quantidade de escoadas lávicas de natureza basáltica e de um património espeleológico muito diversificado. Conhecem-se actualmente 250 cavidades vulcânicas de diversos tipos, tais como tubos lávicos e algares vulcânicos, fendas e grutas de erosão, ocorrendo por vezes combinação de formas. Qualquer um dos tipos de cavidade vulcânica existente apresenta uma grande diversidade de habitats naturais e espécies únicas, tendo sido contadas cerca de 20 espécies endémicas troglóbias nas cavidades conhecidas.

A Rede Natura 2000 engloba 38 locais, com uma área de 50 685 ha, enquanto as áreas protegidas distribuem-se por 31 locais, ocupando uma área de 68 400 ha. Estão definidos 23 Sítios de Importância Comunitária (SIC), que abrangem uma área total de 34 478 ha, 15 Zonas de Protecção Especial (ZPE), com uma área de 16 197 ha. Estão em curso acções promovidas pela administração regional em ordem à promoção do estudo e valorização do património natural, incluindo a vigilância e monitorização de áreas de valor ambiental.



Prevenção de Riscos

Os potenciais riscos que afectam a Região estão são relativamente bem conhecidos e estão de uma maneira geral diagnosticados, sejam os de origem natural, como os tectónicos (sismos e fenómenos vulcânicos), os geomorfológicos (movimentos em massa, erosão costeira, inundações/enxurradas) e os climáticos (temporais), sejam ainda os de origem antropogénica (poluição marítima, dos aquíferos, entre outros).

O Serviço Regional de Protecção Civil, departamento do Governo Regional, coordena o sector, desenvolvendo projectos e implementando medidas, desde a promoção de uma rede de telecomunicações de emergência, passando pelo apoio à construção e reabilitação de quartéis, a aquisição de viaturas e de equipamentos de emergência, até à informação e sensibilização da população, e ainda a promoção de estudos diversos, recorrendo à assessoria técnico-científica com a Universidade dos Açores.

Recursos Energéticos Endógenos

A Região apresenta condições muito favoráveis para a produção de energia eléctrica a partir de recursos renováveis, em alternativa à queima de combustíveis derivados do petróleo nas centrais térmicas.

Para além dos fluidos geotérmicos de alta entalpia aproveitados de forma industrial em S. Miguel, que adicionados às outras formas de produção renovável cobrem perto de 50% das necessidades de produção total de electricidade na ilha, registam-se já valores interessantes do aproveitamento das energias hídrica e eólica nas restantes ilhas, com destaque para o peso que a hidroelectricidade tradicionalmente tem na ilhas das Flores. Há ainda um potencial a explorar e que está contemplado nos planos de investimento da empresa regional de electricidade.

Produção de Electricidade - 2007

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	RAA
Produção total (GWh)	19,8	428,9	207,7	13,1	26,6	43,4	52,8	11,4	1,2	804,9
Produção renovável (%)	10,0	46,7	1,6	14,1	9,1	10,9	7,0	53,3	0,0	27,9

Fonte: EDA.

1.5 UMA VISÃO ESTRUTURADA E ESTRATÉGICA DO DIAGNÓSTICO

Em termos de finalização de um diagnóstico estratégico da situação regional, realiza-se um exercício de sistematização dos principais factores que condicionam o processo de desenvolvimento da Região no próximo futuro, devidamente orientado para os grandes designios estratégicos que presidem a esta legislatura e constam do Programa do X Governo dos Açores.



Identifica-se de seguida uma abordagem aos principais domínios analisados anteriormente, onde se evidenciará de forma sintética os pontos fortes a desenvolver, os fracos a corrigir e também as “ameaças” da envolvente externa, bem como as janelas e as oportunidades que o ambiente externo poderá abrir para os actores regionais do desenvolvimento.

As principais linhas de orientação da política económica e social, em termos gerais, e de investimento público, em particular, resultam da ponderação política entre as condicionantes do ambiente interno (pontos fortes e fracos) com o ambiente externo (oportunidades e ameaças).

As orientações de médio prazo orientam-se para o aproveitamento das situações de vantagem competitiva resultante da conjugação dos pontos fortes com oportunidades, da necessidade de robustecer a capacidade de defesa existente, face às ameaças da envolvente externa, da necessidade de reorientação de políticas para situações de oportunidades e finalmente de acompanhar e agir sobre uma situação de vulnerabilidade, decorrente da interacção entre um conjunto de pontos fracos a nível interno com ameaças da envolvente externa.

No quadro seguinte apresentam-se os principais pontos do balanço da situação regional analisada.

BALANÇO DA SITUAÇÃO REGIONAL

Pontos Fortes:

- Localização estratégica no Atlântico Norte, a “meio caminho” entre a Europa e a América.
- Organização política, administrativa e financeira própria, com capacidade de tomada de decisões e de implementação de políticas.
- Dinâmica demográfica, com população jovem
- Património Cultural específico e diferenciado
- Potencial económico associado ao aproveitamento dos recursos endógenos
- Disponibilidade de condições para o arranque efectivo de parcerias estratégicas entre as empresas, a universidade, os institutos públicos e a administração pública, visando a clusterização da produção económica.
- Um nível razoável de disponibilidade de infra-estruturas e equipamentos de base
- Uma ZEE extensa e uma boa imagem nacional e internacional ao nível da conservação da natureza e dos equilíbrios ambientais.
- Uma eventual e séria valorização do mar, no contexto da política nacional e comunitária.

Pontos Fracos:

- Isolamento e grande distância face aos continentes europeu e americano, com ausência de mercados de proximidade
- Potencial demográfico reduzido e repartido pelas parcelas.
- Grau de escolarização reduzido nos níveis mais elevados do sistema de ensino.
- Reduzida expressão de produções de natureza transaccionáveis e Fraca expressão das economias de escala e de aglomeração na produção económica.
- Fraco conteúdo tecnológico da produção e incipiente ligação entre as empresas, os centros de investigação e de inovação e a Universidade.
- Sobrecustos na exportação da produção económica regional, na movimentação das pessoas
- Debilidade na interacção entre o tecido empresarial e o sistema científico e tecnológico regional.
- Processo de extremo de globalização, acentuando da perifericidade da Região.

*Pontos Fortes:*

- Condições para o desenvolvimento de cooperação política e económica não só com os espaços tradicionais e com as comunidades, mas também com novos territórios.
- A manutenção das actuais condições, ou mesmo o seu reforço, em matéria de política regional europeia, designadamente no que concerne ao financiamento e aprofundamento do estatuto de região ultraperiférica.

Condições para o desenvolvimento de um sector turístico diferenciado e referenciado internacionalmente.

Pontos Fracos:

- Generalização dos factores psicológicos e reais da crise internacional, aumentando as dificuldades de exportação.
- Perda de população nas ilhas de menor dimensão.
- Eventual adopção de normas comunitárias restritivas e/ou penalizadoras da actividade económica regional.
- Alguma diversificação a nível internacional da oferta de produtos turísticos com relações qualidade/preço muito competitivas.
- Pressão sobre os sistemas ecológico e paisagístico e exposição a riscos naturais.

O diagnóstico estratégico combina elementos especiais características do território açoriano com a evolução socioeconómica que se tem vindo a verificar, enquadrada na actual situação e conjuntura nacional e internacional.

Os Açores apresentam um conjunto de singularidades que colocam um conjunto de exigências acrescidas no sentido de garantir níveis de qualidade de vida semelhantes aos existentes numa região que possuindo contiguidade territorial tem outras condições de desenvolvimento económico e social.

É neste contexto muito concreto que o X Governo dos Açores apresenta de seguida as principais orientações estratégicas, os objectivos de desenvolvimento e os traços gerais das políticas sectoriais e respectiva programação para os próximos 4 anos.

2. AS ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO

2.1 UMA ESTRATÉGIA GLOBAL, VÁRIAS AGENDAS A CUMPRIR

Para o próximo quadriénio perspectivam-se algumas ameaças ao normal processo de desenvolvimento regional, oriundas de um ambiente externo marcado por uma recessão económica. Porém,

se os Açores deixaram de ser a região mais pobre e atrasada do país, apresentando-se em crescendo no contexto particular do posicionamento nacional na produção de riqueza por habitante,

se foram despistadas, já há alguns anos, as sucessivas perdas de população para a emigração, registando-se actualmente saldos migratórios positivos,



se o ritmo de criação líquida de postos de trabalho tem sido suficiente para a absorção do aumento do número de activos, apresentando em consequência uma taxa de desemprego razoável,

se foram estabilizados e reduzidos os focos de pobreza e de exclusão,

se diminuem as taxas de insucesso e de abandono escolar,

se a cobertura e a qualidade da oferta de bens e serviços públicos aumentaram em diversos domínios,

se o financiamento das políticas públicas promovidas na Região situou-se num plano de equilíbrio das finanças públicas e de contributo para o esforço nacional de contenção do défice,

se, em suma e ao fim ao cabo, são reais os progressos económico e social dos Açores,

em consequência a estratégia a prosseguir nesta conjuntura difícil tem de incorporar elementos de acção que não fragilize ou faça retroceder o estágio de desenvolvimento e as dinâmicas da sociedade açoriana.

As grandes linhas de orientação estratégica para o próximo quadriénio, para além dos aspectos principais a reter no campo da formulação, parametrização e monitorização das políticas com impacte mais prolongado, conferem uma certa importância a instrumentos e a pontos críticos de algumas medidas, em ordem a mitigar alguma pressão desfavorável do ambiente algo depressivo que nos envolve, designadamente no primeiro biénio deste período de programação.

Uma governação partilhada, mas firme, com rigor e eficiência na prossecução das políticas públicas, a adopção de mecanismos de parceria e de cooperação com um conjunto de instituições da sociedade civil que se vem afirmando nos Açores, nos domínios universitário e científico, no económico e na esfera social e da solidariedade, são elementos estratégicos na intervenção pública.

Serão combinadas e articuladas medidas dirigidas não só à expansão da actividade empresarial como também ao seu financiamento, defendendo os postos de trabalho, por um lado, reforçando, por outro lado, os mecanismos e instrumentos de solidariedade e de protecção social aos segmentos mais vulneráveis da população.

- *Uma política económica activa*

No âmbito da Política Económica serão enfatizados os aspectos conducentes a uma política activa de Reforço da Competitividade da Base Produtiva Regional, procurando a modernização e a introdução de elementos de “clusterização” nos sectores tradicionais, as fileiras da agro-pecuária e da pesca, alavancando o novo pilar da base económica, o Turismo, apoiando paralelamente a diversificação da produção económica, através do apoio a acções empreendedoras oriundas da sociedade.

Estas linhas de orientação complementam-se com a criação de infra-estruturas e de equipamentos proporcionadores de economias externas às unidades produtivas, e também uma intervenção com uma dimensão imaterial importante para a afirmação da competitividade dos produtos, através da qualidade e de marcas reconhecidas, o estabelecimento de parcerias estratégicas entre sectores privado e público, incluindo a cooperação com outras entidades públicas, no domínio da investigação e da inovação.



Este quadro de intervenção será devidamente articulado com o reforço e a facilitação do apoio financeiro às empresas, seja através dos sistemas de incentivos ao investimento, seja através de novos instrumentos de financiamento, em ordem a estabilizar a produção económica do sector empresarial privado, com repercussão na vertente da defesa do emprego.

- *Uma política e uma agenda orientadas para a coesão*

No domínio da Política Social, as grandes linhas de força da intervenção pública concretizam-se na valorização do equilíbrio e da coesão social, com especial destaque para a qualificação, a defesa do emprego e a solidariedade social.

Especial importância será conferida à qualificação dos açorianos e à eficácia e eficiência do sistema público de ensino, monitorizado por variáveis relacionadas com o aproveitamento escolar e o abandono escolar.

A necessidade de evitar qualquer efeito dos sinais externos emitidos pela conjuntura externa, a taxa de desocupação involuntária de activos na Região será acompanhada por políticas activas de fomento de emprego em ordem a não se ultrapassar um tecto máximo de 6 a 7% da população activa.

Aos sectores da solidariedade social e da saúde será conferida especial prioridade ao alargamento e qualidade dos serviços e apoios prestados, no quadro da utilização eficiente dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis. Os indicadores que apontam uma fruição crescente das redes regionais de equipamentos culturais e desportivos avaliarão o retorno dos investimentos realizados.

- *A operacionalidade e eficiência do funcionamento das infra-estruturas de base, observando a qualidade ambiental*

O diagnóstico evidenciou algumas áreas de intervenção em matéria de defesa e valorização ambiental, onde os instrumentos de ordenamento e planeamento estão prontos e orientarão a intervenção pública.

Em todo este conjunto de instrumentos se definem objectivos e metas que serão observadas, em especial aquelas que se relacionam com o cumprimento de directivas comunitárias, obviando a situações penalizadoras de incumprimento. Havendo alguns domínios que integram outros níveis da administração pública serão estabelecidas plataformas estratégicas de cooperação técnica e financeira em ordem a se cumprirem os objectivos fixados.

Será priorizada a intervenção no ordenamento, requalificação e a eficiência dos sistemas terrestres, marítimos e aéreos.

O nível de utilização dos recursos endógenos na produção de energia será monitorizado, em articulação com a empresa regional, no quadro das metas definidas em matéria de penetração das renováveis na produção de electricidade.



- *Equilíbrio financeiro e eficiência na acção governativa*

Em matéria de Governação, serão acelerados processos conducentes a uma maior eficiência administrativa, passando pela combinação da simplificação e desmaterialização dos procedimentos, pelo aumento da taxa de penetração de práticas de e-government, com o recurso intensivo às tecnologias de informação e à formação e actualização dos funcionários, introduzindo elementos novos de avaliação dos recursos humanos e das próprias unidades orgânicas.

No quadro do financiamento da actividade governamental, os limites passam pela parametrização dos saldos financeiros que se pretendem na senda do equilíbrio. As taxas de execução dos instrumentos de planeamento e de programação com comparticipação comunitária constituem-se como referência, não só do grau de concretização de medidas de política pública, como também informação da capacidade de absorção dos financiamentos disponíveis.

2.2 A DEFINIÇÃO DOS GRANDES OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

Em linha com o programa do X Governo dos Açores para a legislatura, coerente com as respostas devidas ao diagnóstico estratégico realizado, apoiando-se nas linhas e orientações estratégicas enunciadas, e ainda, dando corpo e substância aos compromissos assumidos com a Comissão Europeia em matéria de programação da política regional 2007-2013, definem-se os seguintes grandes Objectivos de Desenvolvimento.

- MELHORAR AS QUALIFICAÇÕES E AS COMPETÊNCIAS DOS
AÇORIANOS

Qualificar os açorianos constitui-se como a via mais sustentada a médio prazo para um rumo de progresso e desenvolvimento da Região. A este objectivo geral associam-se preferencialmente as políticas sectoriais a desenvolver no âmbito da Educação e Formação, da Cultura, da Juventude, da Qualificação Profissional, do Desporto e Informação e Comunicação Institucional.

- PROMOVER O CRESCIMENTO SUSTENTADO DA
ECONOMIA

Uma agenda orientada para a competitividade da economia regional, em articulação com instrumentos de regulação conjuntural, poderá manter a senda do crescimento económico de forma sustentada, dentro das propostas genéricas da Agenda de Lisboa revista.

A este objectivo geral associam-se as políticas sectoriais a executar nos sectores da Agricultura e Florestas, Pescas, Indústria, Comércio e Exportação, Investigação e Desenvolvimento, Inovação e Apoio Financeiro ao Investimento Privado.



-
- REFORÇAR A SOLIDARIEDADE E A COESÃO SOCIAL
-

Para além da eficiência desejável dos sistemas e serviços públicos de apoio e protecção social, haverá neste ciclo de planeamento que articular as medidas de política com intervenções minimizadoras do eventual impacte mais forte da crise externa.

São associados a este objectivo as políticas a desenvolver no domínio da Saúde, da Solidariedade e Integração Social, Igualdade de Oportunidades e Habitação.

-
- GERIR COM EFICIÊNCIA O TERRITÓRIO, PROMOVEDO A QUALIDADE AMBIENTAL
-

Este objectivo não se esgota exclusivamente na satisfação de compromissos e metas definidas a nível comunitário, mas principalmente para dotar o território das infra-estruturas de base adequadas ao funcionamento dos sistemas social e económico e também preservar o equilíbrio ambiental, valor importante e estratégico na política regional. Para isso, são associadas as políticas a desenvolver em matérias como o Ordenamento, Sistemas de Informação Geográfica, Prevenção de Riscos e Protecção Civil, Ambiente e Recursos Naturais, Eficiência Energética e Acessibilidades.

-
- QUALIFICAR A GESTÃO PÚBLICA E A COOPERAÇÃO
-

Modernização Administrativa, Programação e Financiamento Público, os novos apoios financeiros às empresas para a coesão e ainda Cooperação Externa, são áreas de incidência das políticas e respectivas medidas a promover no quadriénio, em direcção a aumento da eficiência dos sistemas de governação pública nos Açores.

2.3 AS METAS DE DESENVOLVIMENTO

A partilha de informação fiável, oportuna e ajustada constitui um pilar fundamental do modelo de governação regional associado à execução dos planos de investimento público, em particular, mas também do quadro das políticas em geral.

A monitorização da execução dos planos focalizou-se, como é normal, na execução financeira e material das acções inscritas. Porém, haverá que introduzir alguma métrica para algumas variáveis, em ordem a se conhecer, detectar e parametrizar a evolução da situação social e económica regional, em que se enquadra e se realizam as políticas e os investimentos públicos.

O aparelho estatístico e outras fontes disponibilizam actualmente para a Região, de forma aberta e atempada, informações e dados em múltiplos domínios e áreas da realidade açoriana.



Tendo em atenção algumas das questões nucleares que o diagnóstico prospectivo apresentado no documento destacou, e também uma necessidade de percepção e de análise justa e coerente sobre a evolução desejável, foram seleccionadas algumas variáveis que se apresentam no quadro seguinte, fixando de forma realista, as metas para atender no final do actual período de programação de médio prazo.

Estas variáveis introduzem elementos de acompanhamento de natureza macro, como seja o processo de convergência real medido pela capitação do produto interno bruto regional, no quadro da Europa comunitária, como também questões do mercado de trabalho, onde, na actual conjuntura, a evolução da taxa de desemprego é evidentemente escrutinada, não neste contexto de médio prazo, mas em períodos temporais mais curtos e em outra sede. Por outro lado, apresenta-se adicionalmente um conjunto de variáveis com uma natureza mais sectorial, mas que poderão evidenciar alguns elementos de evolução em domínios estratégicos e críticos da realidade regional.

Indicadores	Unidade	Fonte	Ano de referência	Situação de Partida	Meta 2012
População residente	n.º	SREA	2001	241 763	249 000*
Aproveitamento escolar - 12.º ano	%	DRE	2006/2007	68,5	73 - 75
Nível de escolaridade completo da pop. Activa - com ensino secundário	%	DRE	2007	13,6	15 - 17
Produto Interno Bruto - Índice (UE 27=100)		INE	2007	68	72
População Activa	1000 indivíduos	SREA	2007	112	119 - 120
Taxa de actividade Feminina	%	SREA	2007	36,0	39 - 40
Rendimento de Inserção Social (beneficiários c/ requerimento de RMG e RSI activo)	1000 indivíduos	MTSS	2007	17	14 - 15
Peso relativo da produção de queijo no total dos produtos lácteos	%	SREA	2007	56,8	60
Dormidas na Hotelaria	1000 dormidas	SREA	2007	1 291	1 500
Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente	%	SREA	2005	6,5	15 - 20
Movimento marítimo de mercadorias	1000 ton.	SREA	2007	3 050	3 400 - 3 500
Movimento passageiros nos aeroportos	1000 indivíduos	SREA	2007	1 798	2 000 - 2 100
Valorização do pescado em lota c/ exclusão dos tunídeos	€/Kg	SREA	2007	4,9	6 - 7

* INE, Projecções da População Residente - Cenário base

INE - Instituto Nacional de Estatística; SREA - Serviço Regional de Estatística; DRE - Direcção Regional de Educação; MTSS - Ministério do Trabalho e Segurança Social



3. AS POLÍTICAS SECTORIAIS

**AS MEDIDAS DE POLÍTICA DE INVESTIMENTO
PÚBLICO**

Neste ponto serão explanadas as principais linhas de política pública para os diversos sectores e domínios de intervenção, estruturando-se a sua apresentação pelos grandes objectivos de desenvolvimento fixados para o quadriénio 2009-2012.

- *Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos*

Educação

A Educação é um sector privilegiado em termos de investimento já que ela constitui um desafio dinâmico capaz de alterar paradigmas, comportamentos e hábitos geracionais, contribuindo para a criação de uma massa crítica tão necessária para o desenvolvimento, progresso e modernização de qualquer região nos dias de hoje.

A política educativa nos Açores, ao longo dos últimos anos, desenvolveu-se em cumprimento de objectivos definidos como prioritários cujo enfoque se centrou no aumento do nível de educação da população, na redução do analfabetismo e da iliteracia, no combate ao absentismo e ao insucesso e abandono escolares, no desenvolvimento de um currículo regional, complementar do currículo nacional, no desenvolvimento e generalização do ensino profissional e de forma mais objectiva na construção de infra-estruturas educativas, na renovação e requalificação do parque escolar, passando pela modernização dos equipamentos e pela organização e gestão administrativa das unidades orgânicas.

Passada que está esta fase, importa agora consolidar as medidas já implementadas e definir novos objectivos prioritários que se centrem na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem privilegiando a eficácia do acto educativo e formativo.

Assim sendo, as grandes medidas para a Educação desenvolvem-se e concretizam-se através deste plano a médio prazo em perfeita articulação com o programa do governo.

Neste sentido, as prioridades de investimento para este sector e para o próximo quadriénio são as seguintes:

- Construir uma rede de informação em linha que integre todas as escolas da Região, públicas, privadas e cooperativas;



- Criar condições para possibilitar o acesso directo, por via informática, de todas as escolas aos fundos bibliográficos e aos catálogos de todas as bibliotecas, arquivos e museus regionais, bem como às principais bibliotecas, arquivos e museus nacionais;
- Disponibilizar, gratuitamente, de forma progressiva, os manuais escolares para o 1º ciclo do ensino básico promovendo assim uma maior coesão social, significando para os encarregados de educação uma redução significativa das despesas anuais com a aquisição de materiais escolares;
- Criar programas de mobilidade de alunos inter-ilhas, em regime de troca de ambiente familiar;
- Dar corpo a um grupo de trabalho para aprofundar o desenvolvimento e a operacionalização do currículo regional, de modo a incluir no sistema educativo conteúdos que promovam e valorizem, em simultâneo, a diversidade e a unidade dos valores identitários de “Ilha”, de “Região” e de “País”;
- Reforçar as relações directas entre a educação e as principais linhas de desenvolvimento estratégico da Região, com o objectivo de criar massa crítica regional como garantia de sustentabilidade futura da região;
- Promover o estabelecimento de parcerias e protocolos entre as escolas, designadamente as escolas profissionais, e organismos regionais e empresas, públicos ou privados, com vista a uma melhor integração da escola no contexto regional;
- Consolidar o processo de autoavaliação e de avaliação externa das escolas como estratégia para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Educativo Regional;
- Valorizar a profissão e as funções docentes;
- Promover a educação ao longo da vida, como factor da formação pessoal e da actualização de saberes dos cidadãos, no contexto de uma política sustentada que promova o desenvolvimento das competências individuais;
- Favorecer as condições para o reconhecimento e validação de competências adquiridas ao longo da vida, através das vias informais ou outras, valorizando a experiência e os saberes auto construídos;
- Continuar a executar a carta escolar dando seguimento ao programa de construções escolares e requalificação de infra-estruturas educativas, bem como à modernização de equipamentos que se encontrem obsoletos;
- Estabelecer protocolos com a Universidade dos Açores em matérias que, pela sua especificidade, possam constituir um factor de atracção para a Região, de massa crítica e de competências científicas altamente especializadas e prestigiantes a nível nacional e internacional;

Cultura

Dar-se-á seguimento a uma estratégia continuada de qualificação da actividade e do património culturais como factores incontornáveis de valorização da sociedade açoriana.

As prioridades da política cultural para o próximo quadriénio visam a gestão equilibrada do património cultural, nas suas várias expressões, em harmonia com o património natural da Região,



num diálogo permanente entre as tradições centenárias, profundamente enraizadas nas populações das ilhas e matriz fundamental da sua forma de estar no mundo, com uma atitude de permanente renovação e de aposta no Futuro.

A renovação e a produção de novos bens culturais assentam na consciencialização, reflectida nas opções do Plano para a Cultura, da importância vital de que estes se revestem enquanto aposta no Futuro, expressos quer nos novos equipamentos imóveis para a prática cultural, quer em iniciativas de estímulo à criação no domínio do imaterial, que, deste modo, contribuem para afirmar a capacidade criadora e intelectual dos açorianos no contexto das sociedades contemporâneas.

Uma das marcas mais destacadas das ações para Cultura nesta legislatura é a consolidação da rede de equipamentos para a prática cultural, cujo relevante investimento, em termos orçamentais, constitui um sinal inequívoco da importância da aposta na requalificação estrutural dos equipamentos para a cultura, enquanto factores de dinamização da actividade e dos consumos culturais.

A concretização de novas obras que marcarão indelevelmente esta legislatura, como a nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Angra do Heroísmo e o Centro de Arte Contemporânea na Ribeira Grande, a reformulação do Museu de S. Jorge, a ampliação do Museu da Graciosa, o investimento num Centro Cultural Multiusos no Corvo, a reconversão do Recolhimento de Santa Bárbara, as intervenções museográficas e de manutenção em todos os Museus da Região, para além da criação da Casa Manuel de Arriaga no Faial - um tributo à República no seu Centenário - e da futura criação de um Museu da Autonomia, todos estes projectos reflectem a importância do investimento a médio e longo prazo no sector cultural, que deixará frutos para as próximas gerações.

As parcerias estabelecidas e os co-financiamentos no âmbito de fundos comunitários alargam a possibilidade de concretizações de algumas ações e contribuem para uma maior eficácia dos propósitos de coesão regional e nacional, onde a Cultura desempenha um papel determinante como referência de desenvolvimento social.

A formação de novos públicos e a interacção de iniciativas culturais com a Educação, o Turismo e o Ambiente são também uma preocupação na estratégia da política cultural, que confirmam a transversalidade da acção da Cultura nos mais diversos sectores da vida dos cidadãos açorianos.

Juventude

Os Açores são uma das regiões mais jovens da União Europeia e, se considerarmos que mais de 50.000 jovens se encontram inscritos nos diferentes dispositivos de educação e formação, entre o primeiro ano de escolaridade e o último de licenciatura, verificamos o enorme potencial humano que a nossa Região possui.

A riqueza que constitui o universo etário juvenil incorpora a definição de políticas transversais com medidas e propostas em todas as áreas de governação, o que se consolidará em ganhos para um papel mais preponderante e consolidado dos segmentos mais jovens na estrutura social, económica e cultural da Região. Tudo isto levanta novos desafios, que terão como palavras-chave Participação e Emancipação.



Assim, e tendo em consideração os dois grandes eixos de intervenção na área da juventude, as grandes linhas de orientação estratégica, para os próximos quatro anos, assentam nos seguintes objectivos: 1. Garantir a integração dos jovens na definição das políticas públicas de juventude assegurando a sua participação; 2. Reforçar o incentivo à criatividade e empreendedorismo dos jovens; 3. Aumentar a participação cívica dos jovens promovendo a consciência da açorianidade e da sua relação com o mundo; 4. Personalizar a relação dos Jovens com o Governo dos Açores; 5. desenvolver e reforçar os mecanismos de emancipação dos jovens açorianos.

Com a definição destes objectivos estratégicos, o Governo dos Açores levará a cabo, em parceria com instituições da sociedade civil, a implementação de medidas que visem a prossecução de todos esses objectivos.

Como primeiro destaque, temos a concepção e implementação do Plano Geral da Juventude que, de uma forma prospectiva e atendendo à aplicação de metodologias de avaliação ex-ante, tenderá a agrupar num único documento orientador todos os projectos, programas, acções e planos que possam ter impacto na juventude açoriana. Por esta via, e porque o envolvimento dos municípios açorianos na definição e concretização das políticas de juventude é cada vez mais necessário e urgente, é intenção do governo conceber e implementar planos sectoriais de actuação, numa lógica de desenvolvimento de geometria variável.

Em outro nível de actuação, a implementação do Sistema de Informação aos Jovens dos Açores merece destaque pois, ao fim de dez anos de trabalho nesta área, chegou a altura de evoluirmos para outros patamares de actuação. Assim, e de acordo com o Programa de Governo, promover-se-á, em conjunto com vários departamentos, a articulação e, quando necessário a fusão, dos diversos equipamentos públicos que promovam a disponibilização de informação aos jovens açorianos, sempre com a perspectiva de oferecermos mais informação, com mais qualidade, descobrindo novas oportunidades e colaborando com os jovens na definição do seu projecto pessoal de vida. Esta medida agregadora, será compatibilizada com a optimização dos programas de discriminação positiva orientados para os jovens das ilhas com necessidades especiais e com problemas de consolidação demográficos, bem como o desenvolvimento de projectos de parceria de inclusão e participação dos jovens oriundos de zonas mais vulneráveis ao risco de exclusão. Tudo isto monitorizado através do Observatório de Juventude dos Açores.

Como o Governo acredita que os Açores são um local especial para fazer pontes entre vários mundos; e porque a juventude açoriana demonstra, dia após dia, que é capaz de ombrear com outros jovens da Europa aonde nos inserirmos, será reforçada a presença dos jovens na Europa, em especial nas redes europeias Eryca, Eurodesk, SVE, entre outros, potenciando, igualmente, o contributo açoriano em fóruns e mecanismos de participação e decisão europeus. Tudo isto, interligado com a aposta constante nos programas de mobilidade interna e externa.

Outra área estratégica será a do incentivo à criatividade e empreendedorismo. Aqui, para além da articulação com outros programas do Governo potenciadores do surgimento de projectos ao nível empresarial, será lançada a rede de oficinas de criação, que optimizando recursos já existentes, irá confluir num único conceito vários equipamentos que já trabalham nesta área de actuação. Assim, e na



sequência destes novos projectos, será reforçado o uso das metodologias da educação não formal, criando um sistema de validação e reconhecimento de competências adquiridas por esta via.

Por outro lado, e porque reconhecemos que as formas de participação dos jovens açorianos estão a mudar rapidamente, é intenção regulamentar o SIAJ – Sistema de Apoio ao Associativismo Juvenil –, que dará primazia ao surgimento de projectos sociais verdadeiramente empreendedores. Outra novidade é o surgimento do projecto Fórum Jovem que, em parceria com diversas instituições e utilizando as diversas plataformas de comunicação existentes, dará especial enfoque à participação informal da juventude açoriana.

Qualificação Profissional

A acção das políticas públicas para o emprego para este período de programação é estruturado, por um lado, por uma actuação forte, multifacetada e diversificada, e o mais individualizada possível, sobre a empregabilidade dos açorianos, e, por outro lado, por uma actuação intensa sobre as condições, junto das empresas, de criação e de manutenção de emprego, privilegiando acções que visam a criação de emprego de qualidade ou a transformação de emprego não qualificado em emprego qualificado.

Como políticas activas para a empregabilidade das pessoas, impõem-se aqui políticas de formação profissional inicial, políticas de qualificação e de valorização profissional dos trabalhadores, bem como políticas de qualificação pertinente dos desempregados, sendo estas políticas consideradas, assim, como políticas que visam a melhoria das condições estruturais da criação de emprego.

Assim, encontram-se aqui contidas vários pilares desta política para o emprego e a empregabilidade.

Em primeiro lugar, um leque de acções que visam a qualificação pertinente dos trabalhadores que permita melhorar ao mesmo tempo uma maior segurança no percurso profissional que atravessam, bem como proporcionar uma valorização das suas carreiras. Neste leque de acções para a qualificação também é disponibilizado às empresas a criação de condições de uma melhoria da sua competitividade e da qualidade da sua organização, financiando planos de qualificação dos trabalhadores associados a acções de consultoria estratégica das empresas.

Como elemento fundamental das políticas para a empregabilidade, também é tida em consideração a acção concertada para o desenvolvimento de uma maior capacitação para o emprego de público fragilizado. Por outro lado, são reforçadas as estratégias de transição para o mundo do trabalho, em particular os planos de estágio para licenciados e os planos de estágio no estrangeiro.

Um outro pilar importante é a abordagem intervenção social para a empregabilidade de público fragilizado.

Merece também particular atenção as acções para minimizar os efeitos sociais do desemprego tais como os programas do Mercado Social de Emprego, bem como um leque de medidas para a melhoria das condições laborais, visando melhorar as condições de trabalho dos activos açorianos

Desporto

A política desportiva açoriana tem seguido um rumo estável centrado num grande objectivo, a democratização da prática desportiva, mantendo como estratégia fundamental uma relação directa de



apoio e franca colaboração com os parceiros do processo de desenvolvimento desportivo, as entidades do movimento associativo desportivo, as escolas e autarquias.

Consolidada a sua posição como a região do País com o maior número de atletas federados relativamente à população residente, importa, manter o nível de investimento na construção e requalificação das instalações desportivas, procurando a obtenção de resultados de excelência e continuar a desenvolver políticas de apoio à formação e qualificação desportiva dos nossos jovens.

Por outro lado pretende-se reforçar as políticas que favoreçam a prática da actividade física e desportiva associada à saúde em todas as idades.

Com o propósito de melhorar a competitividade do movimento associativo será posto em prática um projecto de formação de dirigentes desportivos.

As orientações estratégicas para o investimento público para o período terão por base o aumento da prática do desporto federado e das actividades físicas e desportivas da população açoriana, o alargamento da oferta e a melhoria da qualidade das instalações de prática desportiva; o crescimento do número de agentes desportivos não praticantes e melhorar a qualidade da sua intervenção; o reforço da posição do desporto açoriano no contexto nacional e internacional; a promoção da melhoria da organização e gestão do movimento associativo; e finalmente, mas não menos importante, a promoção e o aumento da prática do desporto escolar.

Informação e Comunicação

Reforça-se a prioridade para o aperfeiçoamento constante da comunicação jurídico-institucional entre a Administração e o Cidadão, privilegiando, entre outras formas e meios, a comunicação através do Portal do Governo e do Jornal Oficial Electrónico.

Por outro lado, reconhecendo-se a importância e o papel dos órgãos de comunicação social na informação, na formação e na participação cívica dos indivíduos e da sociedade em geral, desenvolvem-se medidas de política que visarão apoiar a capacidade produtiva, a inovação e a emissão dos diversos órgãos de comunicação social regionais através do apoio à modernização tecnológica e à difusão informativa, do fomento da qualificação e valorização profissionais dos agentes de comunicação social e do estímulo à diversificação e projecção dos mesmos no contexto regional, nacional e internacional.

- *Promover o Crescimento Sustentado da Economia*

Agricultura

A actividade agrícola nos Açores é um factor determinante para a sua economia, de forma directa e indirecta, bem como para o rendimento e bem-estar da população.



As Orientações a Médio Prazo prevêem intervenções específicas para garantir a competitividade do sector, por um lado, e a valorização do Mundo Rural, por outro, considerando estes dois aspectos como as duas grandes dimensões, que se complementam.

A realização de intervenções nas infra-estruturas públicas que servem de base para o desenvolvimento agrícola e florestal da Região constituem uma aposta muito significativa neste período de programação. Estão neste âmbito a reestruturação fundiária com investimentos em caminhos agrícolas, rurais e florestais, abastecimento de água e de energia eléctrica às explorações, bem como os investimentos em infra-estruturas de abate e de sanidade.

A sanidade animal e vegetal será outro pilar da acção pública onde, a par das intervenções nas infra-estruturas públicas fitossanitárias, sobressaem os planos de vigilância e combate sanitários e da certificação sanitária dos produtos, contribuindo inequivocamente para o cumprimento das normas internacionais e para a melhoria do bem-estar animal e da segurança alimentar.

Com vista à difusão de conhecimento desenvolver-se-ão acções de âmbito mais alargado de experimentação e divulgação agrárias de onde sobressaem a elaboração de manuais de boas práticas, a elaboração de programas televisivos, de sessões técnicas de esclarecimento e de feiras.

Numa clara aposta ao apoio personalizado à melhoria do desempenho técnico-económico das explorações agrícolas, destacam-se as acções de valorização e qualificação profissional dos agricultores, o reforço das acções de vulgarização e extensão rural nas explorações e da implementação de serviços de gestão e aconselhamento às explorações agrícolas.

Os incentivos ao investimento privado nas explorações, à instalação de jovens agricultores, à reforma antecipada e à compra de terras agrícolas constituirão instrumentos de acção importantes para continuar a reestruturação das explorações, o rejuvenescimento do tecido produtivo, a melhoria das condições de produção e de trabalho e, assim, da competitividade.

O desenvolvimento de acções de resgate da quantidade de referência, possibilitará a afectação de mais quota leiteira para os produtores mais produtivos, tornando as explorações leiteiras mais viáveis e permitindo acelerar a reestruturação da fileira do leite.

O apoio às organizações de produtores permitirá melhorar o seu nível técnico, contribuindo para a sua viabilidade e serviços prestados aos agricultores.

De forma a reforçar a capacidade de execução financeira e o acesso das explorações ao crédito financeiro criar-se-á um programa complementar aos projectos de investimento destinado a eliminar os custos intercalares entre o investimento e o reembolso das despesas.

Com vista ao aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais continuar-se-á a promover a renovação e competitividade na área da Indústria agro-alimentar, através de incentivos aos projectos de modernização em unidades industriais, bem como ao escoamento da sua produção e regularização de mercado.

Com vista à valorização dos produtos açorianos apostar-se-á também nas acções de promoção dentro e fora dos Açores, de onde se destaca o Plano Operacional de Marketing e a construção de parques de